

Prêmio Boas Práticas em Gestão Pública 2018



35 Boas Práticas de Transparência com Cidadania na Gestão Pública do Estado de Santa Catarina

Categorias

- Municipal
- Estadual
- Federal
- Organizações da Sociedade Civil
- Empresas e Profissionais Autônomos

Modalidades

- Educação em Transparência Pública
- Tecnologias de Informação para Transparência
- Qualidade na Gestão Pública

Prêmio Boas Práticas em Gestão Pública Udesc Esag Edição 2018

Reitor

Marcus Tomasi

Pró-Reitora de Extensão

Fabio Napoleão

Diretor de Centro

Éverton Luís Pellizzaro de Lorenzi Cancellier

Diretor de Extensão

Daniel Moraes Pinheiro

Chefe do Departamento de Administração Pública

Ivoneti da Silva Ramos

Programa de Extensão

Coordenação

Sulivan Desirée Fischer

Editoração

Gabriela Gonçalves de Souza

Organização

Sulivan Desirée Fischer

Paula Chies Schommer

FISCHER, Sulivan Desirée; SCHOMMER, Paula Chies

Prêmio Boas Práticas em Gestão Pública Udesc Esag Edição 2018/ Sulivan Desirée Fischer; Paula Chies Schommer; Diagramação: Gabriela Gonçalves de Souza; Florianópolis: UDESC / ESAG, 2018.

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

Centro de Ciências da Administração e Sócio-Econômicas – ESAG

Av. Madre Benvenuta – 2007 – Itacorubi – 88.034-001 Florianópolis, SC Telefone: (48) 3321-821

Comissão Organizadora

Prof.ª Sulivan Desirée Fischer (Presidente)
Prof.ª Paula Chies Schommer - Departamento de Administração Pública
Prof. Fabiano Maury Raupp - Departamento de Administração Empresarial
Prof. Arlindo Carvalho Rocha - Departamento de Ciências Econômicas
Prof.ª Aline Regina Santos - Departamento de Administração Pública
Prof.ª Patrícia Vendramini - Departamento de Administração Pública
Gustavo Cabral Vaz - Representante dos técnicos
Carlito Alexandre da Costa Júnior - Representante dos técnicos
Gabriela Gonçalves de Souza - Representante Discente
Ana Paula do Espírito Santo Becker - Representante Discente

Comissão Julgadora

Profª Paula Chies Schommer (Presidente) - Departamento Administração Pública Udesc Esag
Profº Fabiano Maury Raupp - Departamento de Administração Empresarial Udesc Esag
Profº Arlindo Carvalho Rocha - Departamento de Ciências Econômicas Udesc Esag
Walter Vicente Gomes Filho - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de SC
Júnia Soares - Escola Nacional de Administração
Renato Dias Marques de Lacerda - Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina
Emerson Souto – Federação Catarinense dos Municípios
Cibelly Farias Caleffi – Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas
Issacar Leônidas Leal Júnior – Ministério Público de Santa Catarina
Orlando Vieira de Castro Júnior – Controladoria Geral da União
Renata Fávere – Tribunal Regional Eleitoral
Lourenço Sogabe – Secretaria Estadual da Fazenda, por meio do Programa de Educação Fiscal
Thiago Pereira de Freitas - Sindicato dos Auditores Internos do Poder Executivo do Estado de SC
Aghata Gonsalves – Instituto Comunitário Grande Florianópolis
Maria Isabel Rodrigues – Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públcas
Gabriel Marmentini – Instituto Politize
Marcos Demikoski – Observatório Social de São José
Evandro Gevaerd – Observatório Social de Brusque

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
Categoria Municipal Modalidade Educação em Transparência Pública	
GABINETE MÓVEL A SERVIÇO DA COMUNIDADE	6
LAB MÃE SERRANA: EDUCAÇÃO PERMANENTE TRANSFORMANDO PRÁTICAS	7
EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS	9
VOTO INFORMATIZADO NAS ESCOLAS	11
Categoria Municipal Modalidade Tecnologias de Informação para Transparência	
APLICATIVO INTERAGIR	12
SISTEMA GERENCIAL DE SAÚDE PÚBLICA - PRONTO	14
Categoria Municipal Modalidade Qualidade na Gestão Pública	
IMPACTO DA UTILIZAÇÃO DE PARECERES TÉCNICO CIENTÍFICOS COMO EMBASAMENTO DE NEGATIVAS PARA AÇÕES JUDICIAIS NA PREVENÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC	16
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ	18
EMENDAS PARLAMENTARES PARTICIPATIVAS: INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO DE ESCOLHA DO ORÇAMENTO IMPOSITIVO DO GABINETE DO VEREADOR MAIKON COSTA	20
A EFICIÊNCIA DA GESTÃO DE CONTRATOS COM INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA PRESTADORA DE SERVIÇOS AO SUS - TRANSPARÊNCIA DOS RESULTADOS E A GERAÇÃO DE CIDADANIA	22
SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA - SIMAIP	24
GESTÃO PAUTADA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE	26
IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO	28
CARTEIRA DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE RIO NEGRINHO	29
PALHOÇA LAB - INOVAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL	31
GOVERNANÇA DA GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES	33
Categoria Estadual Modalidade Tecnologias de Informação para Transparência	
DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO ESTADUAL EM RADIAÇÕES IONIZANTES - SIERI	35
NOVO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO DE SANTA CATARINA	37
APLICATIVO PRAIA SEGURA	39
TCE SESSÕES: TRANSMISSÃO DE SESSÕES E CONSULTA ÀS PAUTAS DO TRIBUNAL	41
DIVULGAÇÃO DOS DADOS DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NO ESTADO DE SANTA CATARINA	43
TRANSPARÊNCIA ATIVA PELA FERRAMENTA INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA	45
Categoria Estadual Modalidade Qualidade na Gestão Pública	
APLICATIVO AMBIENTAL SC	47
UMA NOVA PERSPECTIVA DE VIDA PARA O REEDUCANDO DO SISTEMA PRISIONAL	49
PLANO DE GESTÃO ESCOLAR - COLÉGIO SÃO JOSÉ EM AÇÃO	51
PROJETO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA (GESPRO)	53
PM DIGITAL: GESTÃO POR PROCESSOS NA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA	55
CHAMADAS PÚBLICAS DE PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	57
GEOPMA	59

Categoria Organizações da Sociedade Civil Modalidade Tecnologias de Informação para Transparência

PESQUISANDO PARA EDUCAR	61
TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL	63
INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DA REGIÃO DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ	65

Categoria Organizações da Sociedade Civil Modalidade Qualidade na Gestão Pública

GESTÃO DE UNIDADES PÚBLICAS DE SAÚDE POR FUNDAÇÃO PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS	67
DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS LOCAIS DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DA AMMVI	69

Categoria Empresas e Profissionais Autônomos Modalidade Qualidade na Gestão Pública

PROGRAMA DE INOVAÇÃO HUBGOV	71
-----------------------------------	----

Apresentação

Transparéncia é um tema em destaque na atualidade, vinculado à agenda dos direitos democráticos, do combate à corrupção, da melhoria do desempenho da administração pública e do envolvimento da sociedade nos assuntos de interesse público. Sua prática torna disponível à sociedade informações sobre as decisões, ações, processos e procedimentos realizados pelos governos, organizações e agentes públicos.

A transparéncia potencialmente favorece a cidadania, a democracia, a credibilidade e o desempenho das organizações públicas, ao ampliar o controle social, a responsabilização por atos e omissões, o combate à corrupção e ao mau uso de recursos públicos. Ao mesmo tempo, torna mais visíveis os esforços e resultados do trabalho de servidores públicos e cidadãos dedicados a melhorar a qualidade dos serviços públicos e a enfrentar os desafios coletivos.

A transparéncia não é um fim em si, mas um meio para aprimorar a gestão pública e para aproximar governantes e cidadãos na realização do interesse público.

Este caderno reúne 35 iniciativas classificadas como “Boas Práticas” em Transparéncia com Cidadania, tema da segunda edição do Prêmio de Boas Práticas em Gestão Pública Udesc Esag, realizada em 2018. São práticas desenvolvidas em organizações públicas, da sociedade civil e empresas que, fundamentadas em princípios democráticos, demonstram avanços em transparéncia em Santa Catarina. A transparéncia com cidadania, segundo o edital do Prêmio, lançado em novembro de 2017, privilegia práticas que promovem o engajamento de governantes e cidadãos na construção da transparéncia pública, contribuindo para facilitar processos, otimizar recursos, aprimorar o desempenho e democratizar o controle da administração pública.

Os objetivos do Prêmio são identificar, reconhecer e estimular o desenvolvimento de práticas inovadoras que promovam a transparéncia pública, além de incentivar a troca de experiências entre servidores públicos, integrantes de organizações da sociedade civil, empresas e profissionais autônomos na realização de projetos inovadores e criativos em transparéncia.

O Prêmio é um programa de extensão, do Departamento de Administração Pública (DAP), do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), realizado com o apoio de organizações públicas e da sociedade civil - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Fundação Escola de Governo (ENA Brasil), Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina (Sindifisco), Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), Instituto Comunitário Grande Florianópolis (Icom), Observatório Social de São José, Observatório Social de Brusque, Instituto Politize, Ministério Público de Contas em Santa Catarina, Ministério Público de Santa Catarina, Secretaria Estadual da Fazenda, por meio do programa Educação Fiscal, Sindicato dos Auditores Internos do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina (Sindiauditoria), Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo das

Públicas (ANEPCP), Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) e Ministério da Transparéncia e Controladoria Geral da União (CGU)

O Prêmio contemplou a possibilidade de inscrever práticas em três modalidades: **Educação em Transparéncia pública**, definida como práticas que promovem a disseminação de conhecimento e a formação de cidadãos e/ou servidores públicos na área de transparéncia com cidadania; **Tecnologias de Informação para a Transparéncia**, definido como práticas que utilizam tecnologias que facilitam a interação entre cidadãos e gestores públicos e promovem o acesso a informações públicas, contribuindo para o debate, a tomada de decisão, a otimização de recursos, o controle e a solução de problemas públicos; e **Qualidade na Gestão pública**, definida como práticas que ampliam o acesso e a qualidade dos serviços públicos, otimizando recursos, por meio da transparéncia com cidadania.

Foram recebidas 49 inscrições. Estas foram avaliadas pela Comissão Julgadora, composta por membros da Udesc Esag e das organizações parceiras, seguindo seis critérios: **Criatividade** (originalidade no contexto e capacidade de inovação na resolução de problemas); **relevância** (contribuição social potencial e abrangência – local, regional, nacional e internacional); **aderência** (relação da prática com o tema do Prêmio e a modalidade, especialmente na sua interrelação com o cidadão); **avaliação** (evidências de monitoramento contínuo da prática); **resultados** (evidências de resultados da prática, no que se relaciona ao tema do Prêmio e modalidade); e **potencial de difusão** (compartilhamento de dados, aprendizagens e aplicação em múltiplos ambientes).

Entre as 35 classificadas como boas práticas, que constam deste caderno, as finalistas em cada categoria e modalidade participam, ainda, de uma etapa final de apresentação e premiação.

Com a publicação deste caderno, no qual consta um resumo de cada prática, conforme elaborado pelos responsáveis por cada uma delas, busca-se contribuir para disseminar os avanços em transparéncia com cidadania em Santa Catarina, assim como estimular, a partir dos exemplos, o desenvolvimento de novas práticas que promovam a democratização do controle da administração pública.

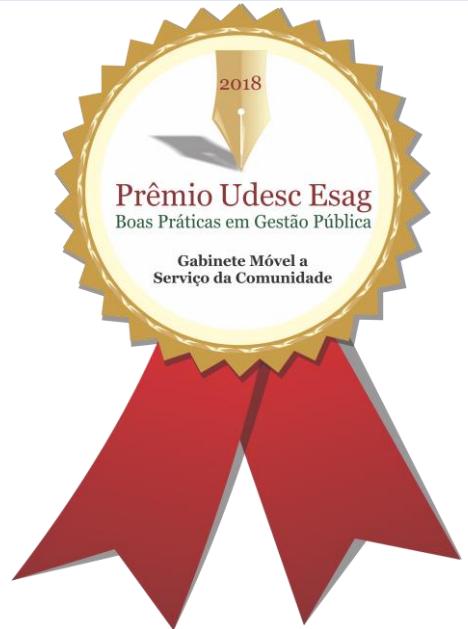
GABINETE MÓVEL A SERVIÇO DA COMUNIDADE

Organização: Vereador Lucas Neves - Câmara de Vereadores de Lages/ SC

Autor: Lucas Neves

Descrição da Prática:

Um canal de comunicação entre o vereador e as comunidades de Lages/SC. A possibilidade real de estabelecer um mandato participativo, transparente e de excelência.



Principais Objetivos:

É o de estar mais próximo da comunidade e tornar o mandato mais transparente, participativo e também para coletar informações e sugestões para o uso na atividade parlamentar.

Resultados:

Eleito por três vezes como o VEREADOR MAIS ATUANTE.

LAB MÃE SERRANA: EDUCAÇÃO PERMANENTE TRANSFORMANDO PRÁTICAS

Organização: 26ª Regional de Saúde de Lages e Secretaria Municipal da Saúde de Lages

Autores: Daniela Rosa de Oliveira

Daniela da Silva

Dayanne C. Bordin

Fernanda de Matia

Francine Ap. Formiga

Georgia Parizzi

Karen C. Pereira

Kelly Martins

Ludimara O. Rosa

Nayara A. Moraes

Priscila Gomes

Simone S. Santos



Descrição da Prática: Preocupados com índice de mortalidade infantil e materna, estabeleceu-se um diagnóstico a partir de uma rede explicativa do problema, com nós críticos, entre eles, a

necessidade de fortalecer o pré-natal e puerpério na Atenção Básica. Instituiu-se então a Câmara Técnica Rede Cegonha Serra Catarinense, com uma equipe interprofissional representando os pontos de Atenção. Esta foi responsável pela elaboração e implantação do Protocolo Regional de Atenção ao Pré-natal e Puerpério da Serra Catarinense no intuito de dar autonomia aos profissionais, gestão e ensino, resgatando a assistência a gestante e a criança na AB. Nesse sentido, foi proposto a qualificação dos profissionais da Atenção Básica, rede hospitalar e de urgência e emergência dos 18 municípios da região. A prática ocorreu a partir da Educação Permanente por meio de tutoria, com a finalidade de aprimorar e efetivar a linha de cuidado da

gestante, puérpera e bebê. A criatividade e inovação nesse projeto são conceitos completamente ligados e que fazem diferença nos resultados. A discussão do processo de trabalho, metodologias ativas e inovadoras, cooperação horizontal entre as equipes e comunidade, ferramentas inovadoras como a matriz de intervenção as quais realizam aprimoramento e transformam a prática singularizando o trabalho no território, como também ampliam os espaços para a educação permanente e rodas democráticas, mobilizam visitas técnicas com recomendações oficiais para o aperfeiçoamento da ampliação do acesso.



Principais Objetivos:

Ampliar e implementar ações de Educação Permanente e transparência pública com vista a mudança de práticas dos profissionais de saúde, gestão e ensino que atuam na assistência ao pré-natal e puerpério na Serra Catarinense, bem como envolver o controle social, com o intuito de reduzir a morbimortalidade infantil e materna na Serra Catarinense.



Resultados:

Os principais resultados foram:

- Implantação de um Programa de Qualificação para os profissionais da Rede, na lógica da Política de Educação Permanente em Saúde e transparência pública.
- Aumento do fortalecimento das estratégias de enfrentamento da redução da morbimortalidade fetal, infantil e materna na Serra Catarinense, ocasionando redução da taxa de mortalidade infantil, de 19,87 para 11,24.
- Reconhecimento das instituições deliberativas do SUS, frente aos avanços na Implantação da Rede Cegonha e sobretudo apoio governamental para o enfrentamento dos constantes desafios.
- Mais de 1150 profissionais qualificados nos 18 municípios com o envolvimento do serviço, controle social, ensino e gestão.

Um sonho que tem se tornado realidade e apresentado conquistas, entre elas, o Prêmio Inovasus de 2015 e recentemente contemplados pelo Ministério da Saúde e OPAS por meio do Laboratório de Inovação em Educação na Saúde, sendo considerada entre as 30 melhores experiências do Brasil.

EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS

Organização: Prefeitura Municipal de Blumenau/SC

Autores: Patricia Lueders

Ronaldo Rogério Wan-Dall

Eva Aparecida Nunes Pereira

Giovana Mara Reiter

Márcio José Weber



Descrição da Prática:

O projeto Educação Fiscal nas Escolas foi desenvolvido a partir do desafio de ampliar as ações do Programa Municipal de Educação

Fiscal. Tem como finalidade incentivar os professores a abordarem questões que envolvem essa temática nas práticas educacionais, despertando o interesse dos estudantes no que tange ao funcionamento da administração pública em todas as esferas, ao exercício da cidadania com atuação no controle social e na transparência. Para tanto, a aplicação das propostas necessitam ser possíveis para todas as idades dos estudantes atendidos pela Rede Municipal de Ensino. O projeto é desenvolvido por meio das Secretarias de

Educação e de Gestão Financeira de Blumenau e coordenado pela Comissão Mista de Educação Fiscal. Tem como base a aplicação de subprojetos, reuniões de orientação e acompanhamento, bem como a exposição dos resultados em formato de banner. A Comissão incentiva e qualifica as ações, revisitando os eixos temáticos durante a execução e adequando as estratégias para a compreensão dos estudantes. A execução do projeto se dá no período de quatro anos (2017 a 2020).

Principais Objetivos:

Despertar nos estudantes a consciência do seu papel de cidadão e da finalidade dos tributos recolhidos pelo poder público e sua aplicação, demonstrando a importância da participação como agente de transformação e dotado de responsabilidade, interagindo com a transparência e com o controle social.



Resultados:

No ano de 2017, constatou-se o envolvimento de 15 mil estudantes, 250 professores de 41 unidades educacionais. Nessa proposta vivenciamos momentos de aprendizagens, trocas, reflexões, experiências e crescimento, atendendo as especificidades dos diferentes perfis envolvidos no projeto. A utilização dos instrumentos da transparência acontece com a criticidade necessária para manuseio, o acompanhamento e a participação efetiva. O poder de difusão das aprendizagens e o compartilhamento de dados com a aplicação da prática vão além das trocas entre os níveis estatais e institucionais para propagação, aderência e aprimoramento dos programas. Saindo do seio estatal para o seio familiar, ou seja, "plantando a semente" nos estudantes de conceitos como cidadania, administração pública e tributária, transparência e controle social, tornando-os multiplicadores dos conhecimentos adquiridos em decorrência do Projeto Educação Fiscal nas Escolas.



VOTO INFORMATIZADO NAS ESCOLAS

Organização: Câmara de Vereadores de Rio Negrinho/SC

Autores: Câmara de Vereadores de Rio Negrinho/SC

Descrição da Prática:

Retomado em 2017, o projeto Câmara Mirim inicialmente se utilizava do voto em cédula impressa. Tal processo, além de ser moroso, oportunizava a ocorrência de erros, como resultados divergentes e menos confiáveis. Para agilizar tal atividade, a Câmara de Vereadores de Rio Negrinho optou por utilizar urnas eletrônicas

facilitando, além da votação e apuração, também a maneira de identificação dos candidatos. Com a ação, um processo que levava horas para ser concluído, até a obtenção do resultado final, principalmente em escolas com um número maior de alunos, passou a ocorrer em poucos minutos. A iniciativa também apura com exatidão quantos alunos votaram em cada escola, quantos faltaram, bem como o candidato vencedor. Além disso, como objetivo principal, proporcionou aos jovens de 12 a 15 anos o contato com o sistema



de votação utilizado no país.

Principais Objetivos:

Agilidade no processo de eleição da Câmara Mirim de Rio Negrinho e proporcionar aos jovens o contato com urnas eletrônicas contribuindo com a futura participação política e social destes alunos.



Resultados:

- * 2.630 alunos tiveram contato com urna eletrônica;
- * Motivação dos alunos em conhecer o processo de votação informatizado;
- * Sugestões para dar continuidade na utilização de urnas eletrônicas por parte das escolas no próximo ano.

APLICATIVO INTERAGIR

Organização: Agir – Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais Do Médio Vale Do Itajaí

Autores: Ricardo Lima Gonçalves – Desenvolvedor BRGweb

Vanessa F. Schmitt – Diretora Adm. e Inst. da AGIR

Vitor Zanella Junior – Ouvidor da AGIR



Descrição da Prática:

A prática permite que qualquer cidadão encaminhe ocorrências à AGIR de maneira simples e intuitiva, com inclusão de fotos e vídeos, seleção do local da ocorrência via sistema GPS do próprio dispositivo móvel ou por indicação do usuário, gerando automaticamente protocolo de atendimento. Ao recebimento de resposta da AGIR, o usuário é alertado via notificação em seu aparelho do recebimento desta. Outras funcionalidades do InterAGIR são a emissão de notificações referentes a interrupções programadas do abastecimento de água na região selecionada pelo cidadão, realização de pesquisa de satisfação com os usuários, divulgação de informações relevantes dos serviços regulados, tais como tarifas e taxas praticadas, horários de ônibus,

projeto desenvolvidos pela Agência Reguladora, educação ambiental, informações institucionais e notícias. Para utilizar o InterAGIR basta realizar o download gratuitamente pelo Google Play Store ou App Store e estar localizado em algum dos 14 municípios consorciados à AGIR, quais sejam: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

Principais Objetivos:

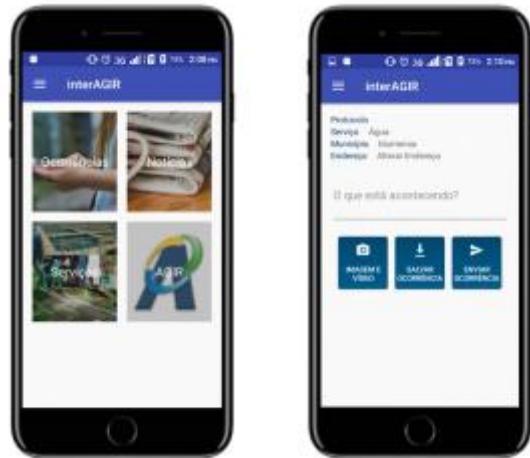
O aplicativo “InterAGIR” objetiva ampliar os meios de acesso à AGIR, promover a transparência ativa e proporcionar maior interatividade com os usuários dos serviços públicos municipais de saneamento



básico e transporte coletivo urbano, proporcionando a experiência de o cidadão se tornar um fiscalizador destes serviços públicos em seu município.

Resultados:

Dentre os resultados aferidos com a realização da prática, obtivemos mais de 100 downloads já nos três primeiros meses de disponibilização do aplicativo no Google Play Store, bem como o recebimento de 54 ocorrências e 43 avaliações positivas. O tempo médio de resposta ao usuário por meio da ferramenta é de 2 dias úteis, sendo dispensadas maiores formalidades para registro da reclamação, em comparação aos meios tradicionais de atendimento ao usuário. Como forma de avaliação contínua pelos próprios cidadãos da qualidade dos serviços públicos prestados, o “InterAGIR” disponibiliza pesquisa de satisfação para coleta das opiniões e sugestões da comunidade abrangida, utilizando as proposições registradas para melhoria dos serviços regulados.



SISTEMA GERENCIAL DE SAÚDE PÚBLICA - PRONTO

Organização: Prefeitura Municipal de Blumenau/SC

Autores: Paulo Eduardo de Oliveira Costa
Julio Cézar de Souza Silva
Guilherme Marçal Freitag
Marcelo Casturino Ferreira



Descrição da Prática:

Vive-se num período em que a tecnologia está totalmente presente no dia a dia das pessoas, nas suas mais variadas formas. A tecnologia

a serviço da administração pública deve acompanhar os avanços e anseios inerentes às transformações sociais como forma de promover a melhora na qualidade de vida da população. O sistema gerencial de saúde pública – PRONTO se origina a partir da identificação de uma problemática bastante sensível em termos de informação na área da saúde. No contexto de sua criação, era muito custoso ter acesso a informações, seja de caráter estatístico ou gerencial - quando se tinha. Com esse pano de fundo surge em 2012, o PRONTO. O projeto sofreu, ao longo do tempo, uma série de transformações e incrementos na sua

forma de atuação. Atualmente está concebido e ofertado em formato de aplicativo para dispositivos móveis (iOS e Android) – Pronto Mobile. Visa à unificação de uma base de dados dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no município. Promovendo o acesso dos seus usuários a diversas informações, como prontuário, prescrições, histórico de vacinas e mapeamento das unidades de



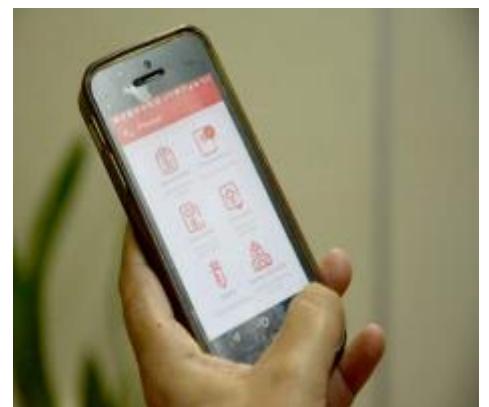
saúde. A maior novidade trazida pelo aplicativo é a possibilidade de agendamento de consultas eletivas médicas e odontológicas, ou seja, aquelas de rotina.

Principais Objetivos:

Modernizar o sistema gerencial de saúde do município de Blumenau, por meio do desenvolvimento de um prontuário eletrônico único, ou seja, uma base de dados unificada, qualificando o atendimento de saúde municipal e permitindo a geração de informações gerenciais e estatísticas para a tomada de decisão dos gestores municipais. Além de proporcionar ao cidadão-usuário a praticidade e o conforto de agendar consultas na palma da sua mão, onde quer que esteja.

Resultados:

Ainda que os resultados mais expressivos do projeto estejam, ainda, no seu âmbito interno, no sentido de desenvolvimento e consolidação para o bom funcionamento e uso pelos seus usuários, o PRONTO - no desenho em que está concebido hoje - em pouco tempo de funcionamento já consegue dar uma pista do seu potencial e seu caráter promissor em termos de tecnologias de informação a serviço do interesse público, transparência e excelência em gestão. De início já se faz evidente a diminuição de retrabalhos junto a alguns sistemas do ministério da saúde, antes não integrados. Em seguida, uma aderência altamente significativa ao projeto, tanto por parte do cidadão-usuário quanto dos profissionais de saúde, impelidos pela oportunidade de encontrar informação tempestiva e atualizada no momento em que ela é necessária. Redução de custos, credibilidade e segurança das informações, uma vez armazenadas num banco de dados integrado; Subsídio informacional para tomada de decisão e aumento do nível de transparência no que tange o sistema único de saúde no município.



IMPACTO DA UTILIZAÇÃO DE PARECERES TÉCNICO CIENTÍFICOS COMO EMBASAMENTO DE NEGATIVAS PARA AÇÕES JUDICIAIS NA PREVENÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC

Organização: Prefeitura Municipal De Peritiba/Fundo Municipal De Saúde

Autora: Liziane Trombetta



Descrição da Prática:

No Brasil, vem aumentando as ações judiciais para o pagamento de medicamentos. A constituição Federal de 1988 define a Saúde como direito universal que deve ser garantido pelo Estado, baseados



nisso, os julgadores vem deferindo as ações judiciais contra a união, os estados e os municípios, onerando estes, e por vezes, inviabilizando financeiramente e comprometendo os serviços de sua atribuição. A utilização medicina baseada em evidências como embasamento de pareceres técnico científicos, fornecendo evidências comprovadas sobre alternativas fornecidas pelo SUS para o tratamento desses pacientes que solicitam medicamentos de alto custo via judicial, anexados as negativas de fornecimento de medicamentos entregues aos pacientes as quais são encaminhadas ao ministério público, pode ser uma alternativa para a redução dessas ações judiciais e uma redução nesse impacto negativo nas finanças públicas que vem se tornando insustentável.

Principais Objetivos:

Sendo os municípios a porta de entrada para os pacientes, devem buscar meios de evitar a judicialização de medicamentos. O objetivo desse trabalho foi encontrar uma estratégia para evitar e/ou diminuir a judicialização de medicamentos no município de Peritiba – SC.



Resultados:

A utilização dessa estratégia no município foi muito eficaz, pois considerando o período de 2015 a 2017, o município de Peritiba foi intimado a fornecer medicamentos para apenas 25% dos pacientes que entraram com ações judiciais de medicamentos.

Isso sugere que a inclusão de um parecer técnico científico, o fornecimento da informação científicamente embasada de que existem alternativas mais custo-efetivas que podem ser utilizadas, pode auxiliar nas decisões judiciais e reduzir a judicialização de medicamentos nos municípios, impactando diretamente na desoneração do sistema de saúde e garantindo ao paciente um tratamento eficaz com um custo menor.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

Organização: Prefeitura Municipal de Itajaí/SC

Autores: Volnei Morastoni, Prefeito Municipal de Itajaí
 Alcides Volpato, Coordenador do PEMI 2040
 Raquel Gastaldi, Secretária Executiva e Co
 Coordenadora do PEMI 2040
 Tamara Belizario, PEMI Banco de Projetos, Co Autora
 Evandro Luiz Pasa, PEMI Comunicação, Co Autor



Descrição da Prática:

Em janeiro de 2017 foi empreendido o Planejamento Estratégico do Município de Itajaí, o PEMI 2040.

Durante o processo de construção desta estrutura de gestão foram consultadas 480 lideranças



segmentais e políticas, a população urbana e rural, bem como os servidores públicos para o desenho das demandas e necessidades, tendo como finalidade o efetivo desenvolvimento de Itajaí e seu escopo para as próximas duas décadas.

O ponto de partida aconteceu num cenário onde as informações pertinentes ao município e a sua gestão eram descentralizadas, sem nenhuma ou com pouca efetividade. Com esta percepção viu-se necessária a formação de um setor, denominado Escritório PEMI, que fosse responsável pelo gerenciamento de informações,

projetos, programas e ações estratégicas, objetivando ainda a organização para a condução de um planejamento com vistas a resolutividade governamental.

O PEMI colabora como suporte para a gestão e atua em consonância com as propostas resultantes das Oficinas do Futuro, ou seja, de uma ampla consulta popular. O PEMI está organizado em 06 eixos de competências, que viabilizam, de forma centralizada a implementação do PEMI 2040.

Principais Objetivos:

*Desenvolver e implementar o PEMI 2040, para auxiliar gestores, a comunidade e organizações diversas a elevar o Município de Itajaí a um patamar de desenvolvimento responsável, a partir de um novo modelo de gestão pública;

*Producir, simplificar, sistematizar e disponibilizar informações e indicadores de gestão estratégica e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) integrando as unidades gestoras da prefeitura num programa de desenvolvimento sustentável;

*Identificar fontes, buscar recursos e viabilizar a alocação eficaz de recursos para uma gestão assertiva;

*Subsidiar o planejamento e a avaliação das políticas públicas e fomentar o controle social e a transparência na gestão pública.



Resultados:

*Implementação do Escritório PEMI com competências divididas em 06 eixos: PEMI Gestão, PEMI ODS, PEMI Banco de Projetos, PEMI Captação de Recursos e Prestação de Contas, PEMI Controle e PEMI Comunicação;

*Mais de 800 milhões de reais em captação de recursos em apenas um ano;

*Criação de um banco integrado de Projetos (antes inexistentes) com 240 projetos já cadastrados;

*Mapa Estratégico PEMI 2040 dividido em 4 dimensões: Infraestrutura e Meio Ambiente, Econômica, Social e Governança - 228 ações definidas, com 33 objetivos divididos em 24 áreas;

*480 lideranças segmentais e 105 jovens envolvidos nas Oficinas do Futuro, 101 proposições de tendências e boas práticas;

*1.800 pessoas envolvidas na identificação das reais necessidades do município;

*Sistema de coleta, análise e disponibilidade dos indicadores ODS do Município de Itajaí;

*12 Projetos-Bandeira em consonância com os ODS, só em 2018.

EMENDAS PARLAMENTARES PARTICIPATIVAS: INOVAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO DE ESCOLHA DO ORÇAMENTO IMPOSITIVO DO GABINETE DO VEREADOR MAIKON COSTA



Organização: Câmara Municipal de Florianópolis/SC - Gabinete Vereador Maikon Costa

Autores: Maikon da Costa (Vereador de Florianópolis – PSDB)
Júlia Wildner Cunha (Assessora Parlamentar)

Descrição da Prática:

Buscando garantir mais lisura no Orçamento Impositivo, dispositivo onde todos os Vereadores têm direito a indicar na Lei Orçamentária Anual R\$100 mil (cem mil reais) relativos à Subvenção Social e

R\$500 mil (quinhentos mil reais) relativos à obras, e ao invés de indicar organizações da sociedade civil conhecidas para firmar convênio com a Prefeitura de Florianópolis, o Gabinete do Vereador Maikon Costa optou por criar um edital para selecionar, através de critérios pré estabelecidos, os projetos que seriam contemplados pela sua Subvenção Social. Este projeto foi denominado 'Emendas Parlamentares Participativas', pois o processo de escolha do gabinete contou com 3 fases – habilitação, análise do projeto e entrevistas - e com diferentes

atores, já que a Comissão de Avaliação e Monitoramento foi composta por: 1 membro do gabinete, 1 membro de conselho comunitário, 1 membro com notório saber (consultora de Organizações da Sociedade Civil), 1 membro do Centro Acadêmico Cinco de Julho (CACIJ) e 1 membro do Observatório Social de Florianópolis.



EMENDAS PARLAMENTARES
PARTICIPATIVAS

Principais Objetivos:

A prática inédita dentro da Câmara Municipal de Florianópolis surgiu como mais uma tentativa de profissionalização da gestão, procurando embasar as escolhas do Vereador com critérios técnicos e

tornando o Orçamento Impositivo, que permite que os vereadores ajam com discricionariedade, um instrumento democrático e transparente.

Resultados:

O edital proporcionou a participação de diversas organizações antes desconhecidas, ampliando a oportunidade de Organizações da Sociedade Civil firmarem convênio com o município sem terem o contato ou o “apadrinhamento” de algum vereador. As expectativas dos cidadãos certamente são melhores atendidas quando os critérios para decisões do parlamentar são divulgados de maneira clara. A presença de diversos atores externos ao gabinete para a realização do projeto é outro diferencial que vale destaque, pois é a partir do entendimento de que a multiplicidade de ideias e a formação de redes tornam o processo mais eficaz, que se começa a construir um ambiente propício para a Governança Pública. A prática beneficia diretamente as organizações da sociedade civil, por terem mais chances de firmarem convênio com a prefeitura, assim como a sociedade florianopolitana como um todo, por destinar R\$100 mil a instituições sérias com potencial transformador nas comunidades em que estão inseridas através de seus projetos.



MAIKON
COSTA
VEREADOR

A EFICIÊNCIA DA GESTÃO DE CONTRATOS COM INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA PRESTADORA DE SERVIÇOS AO SUS - TRANSPARÊNCIA DOS RESULTADOS E A GERAÇÃO DE CIDADANIA

Organização: Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis

Autores: Edenice Reis da Silveira

Afonso Bianchi Reis

Deyse Ilza de Aquino

Katiuscia Graziela Pereira

Mariana Itamaro Gonçalves

Shayane Damázio

Stefanie Frank

Talita Cristine Rosinki



Descrição da Prática:

Anteriormente a prática, a Secretaria Municipal de Saúde – SMS de Florianópolis utilizava único convênio de prestação de serviços, não possuía instrumentos de controle de metas e os incentivos financeiros Ministeriais eram repassados integralmente ao hospital. Prática desenvolvida por servidores públicos da SMS de Florianópolis, e o foco foi a elaboração de instrumento contratual, possibilitando o monitoramento e execução de ações. Para isso, seguiram-se os passos: 1) discussão entre SMS e o hospital, identificando capacidade instalada e 2) elaboração dos instrumentos de acompanhamento das metas e dos indicadores. Principais elementos desta etapa: a) substituição de convênio para contrato, separados por objeto e contendo cláusulas de sanções e detalhamentos técnicos dos procedimentos; b) elaboração de instrumento para o pagamento e o acompanhamento das metas; c) vinculação dos repasses de incentivos financeiros ao cumprimento de metas quali quantitativas; d) criação de indicadores para mensurar metas qualitativas; e) a efetiva atuação da

Comissão de Acompanhamento de Metas (formada por representantes do Conselho Municipal de Saúde - CMS, Comissão Intergestores Regional - CIR, do Hospital, da SMS e da SES).

Principais Objetivos:



Esta prática tem por objetivo relatar a ampliação do acesso do usuário do SUS à média e alta complexidade em consultas, exames e procedimentos na linha de cuidado em cardiologia a partir de uma gestão eficiente de contratos, utilizando mecanismos de accountability. O foco da ação foi a elaboração de instrumento contratual realizado pelos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, de forma que tal ação possibilitou a instituição de mecanismos de monitoramento e execução de ações.

Resultados:

1) Ampliação do acesso da população à leitos de UTI - Após a implantação da prática o hospital passou a oferecer pelo menos 15 leitos/mês para o SUS, de forma que esses não fossem mais comprados, com valores superiores aos valores da tabela SUS.

2) Ampliação do acesso da população a consultas, exames e procedimentos - Após a prática houve aumento da oferta das vagas de todos os procedimentos, consultas e exames, variando entre 62 e 100%, zerando fila de espera em vários dos procedimentos oferecidos;

3) Geração de Apropriamento Técnico - **a)** Controle do repasse de recursos realizados pelo MS realizado por parte dos Técnicos da SMS; **b)** Processos de trabalhos definidos. Atualmente, a Gerência de Auditoria realiza auditoria, a Gerência de Controle e Avaliação realiza o controle e organiza o pagamento e a Gerência de Regulação regula os procedimentos;

c) Elaboração de POPs;

d) lista dos pacientes que necessitavam de cirurgias cardíacas que antes encontravam-se nas mãos dos médicos hoje já são reguladas e publicizadas;

4) Elaboração de protocolo para classificar as cirurgias cardíacas - Realizado em conjunto pelos médicos cardiologistas da SMS e do hospital;

5) Reunião de Integração – Realizada entre médicos cardiologistas da rede municipal de saúde e do hospital.



SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA - SIMAIP

Organização: Prefeitura Municipal de Blumenau/SC

Autoras: Patricia Lueders
Mariléte de Souza

Descrição da Prática:

Estudos importantes e experiências de sucesso na educação indicam que a avaliação institucional é uma estratégia que responde ao objetivo de gerar informações e produzir conhecimentos acerca da

realidade de cada unidade

educacional. A partir dos dados toma-se decisões com vistas à melhoria da qualidade do ensino. Partindo desse pressuposto, em 2013, a Secretaria Municipal de Educação de Blumenau implantou o Sistema Municipal de Avaliação Institucional Participativa – SIMAIP, por meio da Lei Complementar n.º 910, de 14 de outubro de 2013. O sistema visa ao fortalecimento da gestão democrática, ao aprofundamento do compromisso e responsabilidade social das instituições de ensino, à afirmação da autonomia e da

identidade institucional e à participação coletiva das comunidades escolares. Entende-se que com a implantação de um sistema de avaliação o município pode operar com mais eficiência na definição das políticas públicas e, principalmente, construir um planejamento estratégico da Educação Municipal de Blumenau. Diante disso, mais do que assegurar a vaga e a permanência dos estudantes, é imperativo que se assegure o direito de aprender.

Principais Objetivos:

Realizar avaliação de caráter formativo que, no decorrer do processo, qualifique a gestão das unidades educacionais, melhore a qualidade do ensino e da aprendizagem e gere dados e informações acerca da realidade de cada unidade educacional.



Sistema Informatizado de Avaliação Participativa

Resultados:

- *O uso dos resultados da avaliação institucional na elaboração de metas e ações de curto, médio ou longo prazo para cada potencialidade/fragilidade encontrada.
- *A reflexão sobre os indicadores para sinalizar a necessidade de mudança nas diversas dimensões: gestão educacional, pedagógica, espaço físico e ambiente.
- *O movimento da unidade educacional na busca da revisão de práticas, de intervenção e de melhores resultados.
- *O tratamento dos resultados da avaliação institucional de forma ética, vista como um processo contínuo de mudanças que visem à melhoria na qualidade educacional.
- *A promoção de processos de transparência e publicização dos resultados das avaliações por instituição.
- *A participação ativa da comunidade nos assuntos educacionais das instituições de ensino.
- *O subsídio à formulação, à reformulação e ao monitoramento das políticas públicas educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau.

GESTÃO PAUTADA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Organização: Fundo Municipal de Saúde de Balneário Piçarras

Autores: Aline Carla de Sant' Anna
Vinicio José dos Santos

Descrição da Prática:

A gestão da Secretaria de saúde de Balneário Piçarras se deparou com várias situações problemas para desenvolver seu papel: de prestação

de serviços à população:

demandas crescentes, população idosa predominante, altos índices de pacientes portadores de doenças crônicas e dificuldade orçamentária. Com a realização de um planejamento junto com todos os pontos de atenção da Rede e trabalhando de forma intersetorial e multidisciplinar, a gestão focou na promoção da saúde, visando o empoderamento das pessoas no seu auto-cuidado. Assim através do Programa Academia da Saúde, o qual possuímos dois polos municipais ofertamos atividade física orientada a

toda população, com aulas de pilates, ginástica global, ritmos, yoga, karatê e capoeira, aliado a oferta de serviços no eixo das Práticas integrativas como auriculoterapia, reiki, lian gong, geoterapia, oficinas de fitoterapia, balneoterapia entre outras modalidades que visam auxiliar no tratamento dos usuários.

Principais Objetivos:

Realizar a gestão pautada na promoção da saúde através da implementação dos Programas Academia da Saúde e da implantação das Práticas Integrativas e Complementares visando a qualidade de vida de nossa população.



Resultados:

Efetivação da intersetorialidade e interdisciplinaridade; adesão crescente da população alvo; melhoria nos indicadores de saúde; reconhecimento de nosso trabalho como referência nacional e feedback da população, o que nos traz a satisfação de que investimos no caminho certo, visando a qualidade de vida de nossa população.

IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO

Organização: Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC

Autor: Israel Monteiro

Descrição da Prática:

Visando o cumprimento do disposto na Lei Complementar no 101/2000,



que prevê em seu Art. 50 §3º "A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial", o Município de Rio das Antas implementou o Sistema de Custos em suas atividades, para o aperfeiçoamento da gestão, redução dos custos e no aumento da qualidade dos serviços prestados à população. Foi desenvolvido de forma permanente o arcabouço conceitual de

custos no setor público, fomentando e desenvolvendo a sua utilização e principalmente disseminando a utilidade e as aplicações das informações de custos no setor público.

Principais Objetivos:

- *Redução de custos, aumento da qualidade do serviço e constante melhoria na qualidade do gasto;
- *Melhoria na gestão orçamentária e financeira, de modo a implantar a análise gerencial dos relatórios obtidos;
- *Mudança cultural na gestão dos recursos públicos.

Resultados:

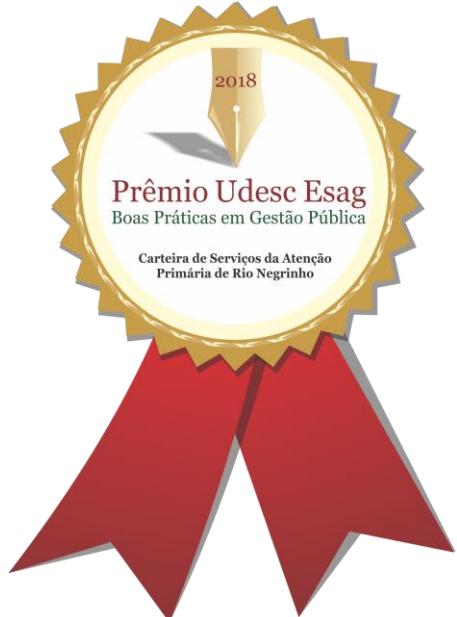
Os resultados são imensuráveis tais como: redução dos custos das atividades desenvolvidas pela administração pública; aumento da qualidade nos serviços prestados a população; fornecimento de informações para subsidiar o processo de tomada de decisão governamental dos gestores públicos, contribuindo para a alocação mais eficiente dos recursos públicos; possibilita a instrumentalização do controle social, propiciando que a sociedade organizada avalie e exija melhorias na administração do patrimônio público.



CARTEIRA DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE RIO NEGRINHO

Organização: Fundo Municipal de Saúde Rio Negrinho

Autores: Maria de Fátima M. Afonso
Fabiana da Luz
Maria Luciana B. Silva
Elaine A. C. de Miranda
Susana Mara T. Gomes
Cássia M. Nakano



Descrição da Prática:

A Carteira de Serviços da Atenção Primária de Rio Negrinho foi originada da necessidade de conferir



maior transparência às ações, atendimento, processos e serviços para os servidores e cidadãos rio-negrinhenses, permitindo conhecer, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços da unidade, promovendo assim uma contínua melhoria da qualidade dos produtos e serviços ofertados. Estimula o cidadão a conhecer o que a unidade de saúde em que é atendido oferece, o que permite que se encaminhe até lá para ter acesso. Oferece também os procedimentos a serem seguidos pelos profissionais da atenção primária, o que permite que o cidadão possa realizar o controle do que é

realizado na prática em comparação ao padrão exigido, e isso auxilia a Secretaria na manutenção da qualidade de seus produtos e serviços uma vez que o cidadão consegue atuar como fiscal. Com o instrumento de avaliação implantado em abril de 2018 o cidadão consegue sugerir melhorias do documento.

Principais Objetivos:

- Nortear as atividades e ações dos profissionais da Atenção Primária da Secretaria de Saúde de Rio Negrinho;
- Informar a população rio-negrinhense sobre os serviços de saúde pública ofertados no âmbito da Atenção Primária;
- Aumentar o acesso dos cidadãos rio-negrinhenses promovendo ainda a contínua melhoria da qualidade dos serviços.

Resultados:

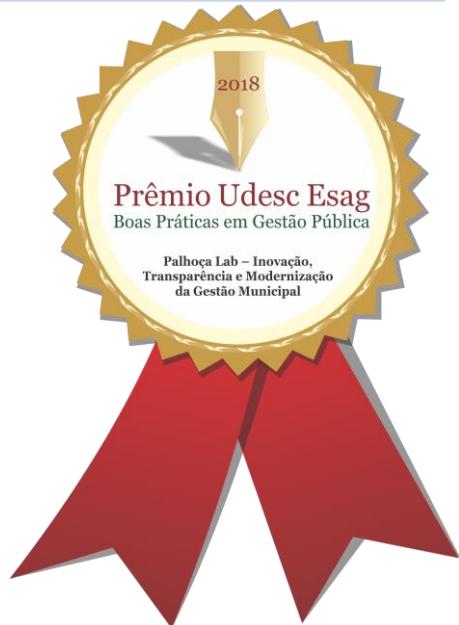
- a) Foi averiguado que a página do documento obteve de Setembro de 2017 à Abril de 2018 um total de 892 acessos;
- b) Houve registro de questionamento da participação popular sobre o funcionamento do serviço com base na Carteira de Serviços da Atenção Primária de Rio Negrinho;
- c) Registro de oito participações no formulário de avaliação considerado ainda incipiente. Cinco apresentaram sugestões referentes ao documento.



PALHOÇA LAB - INOVAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL

Organização: Prefeitura Municipal de Palhoça/SC

Autores: Cristina Schwinden Schmidt
Aline Bittencourt Medeiros
Fabiano Dias Botelho
Fahima Pinto Rios
Gabriel Felício Moresco



Descrição da Prática:

Tendo em vista os crescentes anseios da sociedade por uma gestão pública cada vez mais técnica, eficiente e transparente no atendimento de suas demandas, a Prefeitura de Palhoça criou o "PALHOÇA LAB".



O "PALHOÇA LAB" é um escritório de inovação e gestão estruturado especialmente para dar apoio à modernização da gestão municipal. Sua equipe é formada por técnicos especialistas em gestão pública. Todos esses esforços são para fornecer o auxílio técnico e estratégico necessário para a condução das políticas públicas de forma mais transparente, eficiente e democrática, visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Principais Objetivos:

Auxiliar na elaboração e acompanhamento de projetos estratégicos da Prefeitura; Fornecer auxílio técnico às Secretarias; Realizar mapeamento e redesenho de processos e rotinas administrativas; Identificar boas práticas aplicadas em outros municípios que possam ser replicadas na resolução de problemas de Palhoça; Fomentar transparência; Monitorar políticas públicas; Sugerir melhorias em atividades da gestão.



Resultados:

*Quatro Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) publicados pela Prefeitura;

*Apoio técnico em todas as fases do planejamento da Parceria Público-Privada (PPP) de Iluminação Pública a partir da PMI, com apoio à Audiência e à Consulta Pública, até à organização de toda a documentação protocolada no Tribunal de Contas do Estado (TCE);

*Implantação do programa “Nota Fiscal Palhocense”;

*Consolidação das manifestações dos cidadãos nos eventos do “Prefeitura com Você”, incluindo relatórios temáticos por bairros para o acompanhamento do Prefeito;

*Acompanhamento do planejamento das Secretarias com relatórios semanais de cumprimento dos prazos.

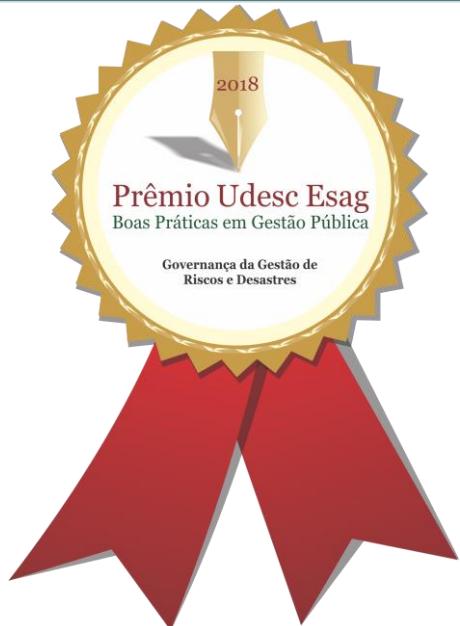
GOVERNANÇA DA GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES

Organização: Prefeitura Municipal de Ibirama/SC

Autores: Prof. Marino Luiz Eyerkauf Dr. Udesc de Ibirama

Sr. Adriano Poffo - Prefeito Municipal de Ibirama

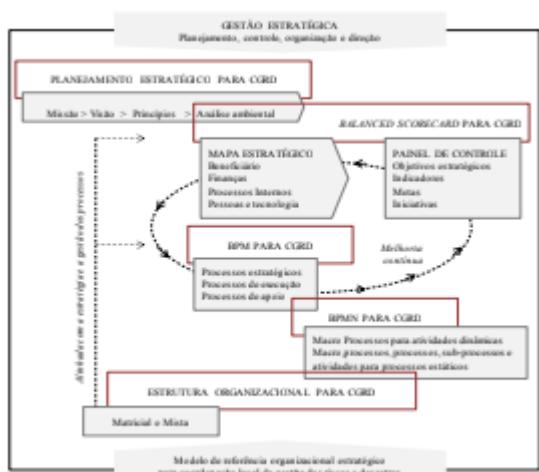
Sr. Fernando Jost – Coordenador COMPDEC Ibirama



Descrição da Prática:

A Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil de Ibirama (COMPDEC) em 2015 apresentava alguns desafios de gestão: Governança da gestão de riscos e desastres incipiente; Ausência de integração das políticas públicas; Falta de formação dos agentes; Integração intersetorial e comunitária inexistentes; e Recursos financeiros/humanos/tecnológicos insuficientes. Diante do cenário, desenvolveu-se de forma

participativa o Plano de Gerenciamento de Riscos e Desastres – PLAGERD Ibirama 2016-2020, que permitiu o alinhamento e controle da estratégia organizacional a partir de um modelo estratégico de gestão desenvolvido por Eyerkauf (2017) (Figura 1). A estratégia compreende 18 objetivos, 30 indicadores, 40 metas e mais de 100 iniciativas que são monitorados pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil. Os princípios da governança pública são empregados como mecanismo de fortalecimento das relações entre governo e comunidade, motivadas por processos de cooperação.



Principais Objetivos:

A segurança permite qualidade de vida à comunidade. Nessa perspectiva desenvolveu-se o PLAGERD, que tem como premissa a redução dos riscos e desastres de forma colaborativa, beneficiando os cidadãos diretamente atingidos pelos eventos adversos, os sistemas produtivos e a comunidade local. Estatísticas de desastres revelam também em Ibirama um cenário crescente em frequência e de intensidade, e representam ameaças à vida, os meios de subsistência e saúde, os

ativos econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais. Também é objetivo o controle que permite avaliar o sistema a partir dos parâmetros da eficiência, eficácia e efetividade.

Resultados:

85% das ações previstas no cronograma estão em funcionamento (seu monitoramento pode indicar ótimo (verde), bom (amarelo) ou ruim (vermelho));

Todos os públicos atualmente são abrangidos por alguma ação da COMPDEC, executadas pelos atores envolvidos da própria prefeitura, da iniciativa privada, da sociedade civil organizada, das instituições de ensino e/ou voluntários;

Indicadores medem o quanto os objetivos são alcançados, e, portanto, são medidos pelo menos trimestralmente para análise do Conselho Municipal;

A comunicação da COMPDEC com os diversos atores é intensa, seja pelo site do próprio município, pelo perfil no Facebook, pelos grupos de Whatsapp; e

São resultados perceptíveis, o crescimento da: integração; captação de recursos; atores envolvidos; e atividades funcionando sem a ação direta da COMPDEC.



DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO ESTADUAL EM RADIAÇÕES IONIZANTES - SIERI

Organização: Diretoria Estadual de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina

Autores: Regina Dal Castel Pinheiro
Djeimis Willian Kremer
Raquel Ribeiro Bittencourt
Marcus Vinícius Teixeira Navarro



Descrição da Prática:

As aplicações médicas das radiações ionizantes, necessitam rigoroso controle do estado, como forma de garantir que produzam o máximo de benefício possível, com o mínimo de riscos para os pacientes, trabalhadores e indivíduos do público. A amplitude das aplicações, que vão desde o radiodiagnóstico, até a radioterapia, passando pela medicina nuclear e radiologia intervencionista, demandam ações de Vigilância Sanitária (VISA) de licenciamento, inspeção e monitoração das exposições médicas (exposições de pacientes) e ocupacionais (exposições de trabalhadores). A Diretoria de Vigilância Sanitária de SC desenvolveu e implantou o primeiro sistema de informação brasileiro voltado ao gerenciamento de riscos das aplicações médicas das radiações ionizantes, o Sistema de

Informação Estadual em Radiações Ionizantes – SIERI, o qual gerencia as exposições dos trabalhadores expostos às radiações ionizantes, as exposições médicas dos pacientes submetidos a procedimentos de radiologia intervencionista, bem como as inspeções sanitárias, utilizando novas tecnologias regulatórias como o Modelo de Avaliação de Risco Potencial – MARP e Roteiro Objetivo de Inspeção – ROI, possibilitando a quantificação e classificação dos riscos potenciais em aceitáveis, toleráveis e inaceitáveis, com representação gráfica e georreferenciada.

Principais Objetivos:

Desenvolver e Implantar o Sistema de Informação Estadual em Radiações Ionizantes – SIERI, visando obter registros informatizados sobre as exposições médicas e ocupacionais às radiações ionizantes,



bem como qualificar e gerenciar as inspeções sanitárias tendo em vista o desenvolvimento de políticas públicas e tomada de decisão, possibilitando um processo diferenciado e inovador para atuação em VISA bem como auxiliar no processo de gestão dos estabelecimentos de saúde com foco na qualidade e segurança dos serviços prestados.

Resultados:

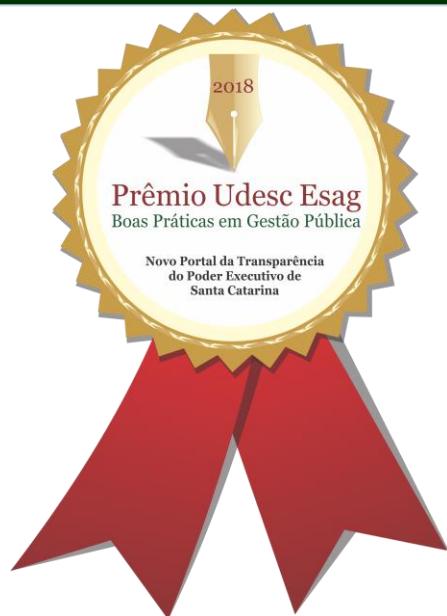
O SIERI foi instituído através do diálogo e troca de experiências práticas entre técnicos do Instituto Federal da Bahia - IFBA, técnicos das Vigilâncias Sanitárias e técnicos dos estabelecimentos médicos de saúde. Através dessa estratégia inclusiva e participativa de todos os atores do processo, foi possível a implantação do SIERI no Estado. Atualmente o sistema está sendo utilizado/alimentado por 486 estabelecimentos médicos de saúde, com 7800 trabalhadores cadastrados e monitorados quanto à exposição ocupacional à radiação ionizante e 30 Serviços de Radiologia Diagnóstica e Intervencionista monitorando as exposições médicas. O SIERI também é utilizado para inspeção sanitária em todos os serviços existentes no estado de: Serviços de Mamografia (119), Radioterapia (11) e Medicina Nuclear (16). Com isso podemos apresentar em tempo real a situação sanitária de cada estabelecimento cadastrado bem como a historicidade sanitária destes estabelecimentos. A construção deste processo com a inclusão da participação social possibilitou uma nova forma de atuar em Vigilância Sanitária onde as ações e planejamentos se mostram mais concretos, efetivos e transparentes.



NOVO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO PODER EXECUTIVO DE SANTA CATARINA

Organização: Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina

Autores: Graziela Luiza Meincheim
Gilceu Ferreira
Janice V. P. da Silveira
Fábio José Amaral
Tatiana Borges
Marcelo Medeiros
Bruno G. Ferreira e outros



Descrição da Prática:

O Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina é um importante instrumento de controle social que permite ao cidadão acompanhar a origem e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos estaduais.



Recentemente reformulado e com nova plataforma tecnológica, apresenta, de forma atrativa e amigável, informações em linguagem simples, favorecendo a compreensão dos dados disponibilizados.

A principal novidade está na “Pergunta Cidadã”, que traz respostas para dúvidas comuns da população sobre arrecadação e gastos públicos.

O Portal, além de atender as exigências legais, proporciona a transparência efetiva, abrindo caminhos para o cidadão se aproximar e colaborar com a administração pública.

Principais Objetivos:

Dar transparência à gestão das finanças estaduais, apresentando informações úteis e acessíveis ao cidadão, para que ele possa exercer sua cidadania com plenitude.

Ampliar e disponibilizar a base de dados em formato aberto, melhorando o cruzamento e o compartilhamento de informações, e fomentando o desenvolvimento de novos serviços.

Resultados:

Apresentação das informações em linguagem cidadã, de forma estruturada e descomplicada, facilitando o entendimento do conteúdo disponibilizado.

Em 2017, foram 2.366.973 acessos às páginas do Portal e uma média de 25 mil novos usuários por mês, alcançando seu principal objetivo que é uma maior participação dos cidadãos no acompanhamento das contas públicas.

O modelo conceitual do Portal da Transparência já está sendo aproveitado pelas empresas estatais, evidenciando seu potencial de difusão e servindo de exemplo para que outros entes fomentem a transparência ativa.



APLICATIVO PRAIA SEGURA

Organização: Divisão de Tecnologia de Informação – DiTI
do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Autores: Cap BM Juliana KRETZER
2o TEN BM Marco Aurelio Lino MASSARANI
Sd BM Michel de Medeiros MARCON



Descrição da Prática:

O projeto consiste na divulgação diária de informações sobre o serviço de prevenção e salvamento aquático do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) através do app “Praia Segura”. O aplicativo foi desenvolvido pela Divisão de Tecnologia da Informação da própria Corporação, utilizando software livre e código aberto. O aplicativo possibilita à comunidade visualizar a localização dos postos de guarda-vidas e a condição de segurança do mar nos balneários guarnecidos. Também permite a consulta de alertas de mar em ressaca e probabilidade de acidentes com água-viva, sendo estes emitidos pelos próprios guarda-vidas. O app inclusive possibilita ao usuário traçar rotas de navegação para destino ao posto de guarda-vidas e usufruir o lazer com maior segurança. O projeto agregou inovação no serviço de salvamento aquático, além de propiciar maior integração entre o CBMSC e a comunidade, permitindo que qualquer interessado, tenha acesso às informações de segurança dos balneários. Cabe ressaltar que o aplicativo está disponível, desde dezembro de 2016, na loja virtual do Google Play, livre de cobrança ou exigência de cadastro prévio para acesso.

Principais Objetivos:

Diminuir o número de afogamentos e acidentes com água-viva dos balneários catarinenses, salvando vidas através da prevenção e inovação tecnológica. Compartilhando informações sobre o risco de afogamento e acidentes ao cidadão, o CBMSC oportuniza a escolha de um balneário com maior segurança, favorecendo a prevenção e a redução de acidentes.



Resultados:

Somam-se mais de 6.000 downloads do app, que obteve avaliação média dos usuários igual 4,5 em uma escala de 0 (zero) a 5 (cinco) pontos. Quanto à abrangência, o app disponibiliza as informações de todos os balneários guarneados pelo serviço de salvamento aquático do Estado de Santa Catarina. Ao todo, são disponibilizadas as localizações de 405 postos de guarda-vidas, durante a temporada da Operação Veraneio (período entre os meses de dezembro e março). Na última temporada (2017/2018), houve uma redução do número de mortes por afogamentos e acidentes com água-vivas, comparando os dados das temporadas anteriores. Certamente existem outras variáveis não controladas que interferem nessa estatística, mas é possível concluir que o app é uma

ferramenta que potencializa e propicia a prevenção de acidentes. O praia segura é uma prática pioneira entre os Corpos de Bombeiros do Brasil, que favorece transparência e maior divulgação sobre a segurança dos balneários com foco na prevenção e inovação tecnológica.



TCE SESSÕES: TRANSMISSÃO DE SESSÕES E CONSULTA ÀS PAUTAS DO TRIBUNAL

Organização: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Autores: Ricardo André Cabral Ribas
Rafael Queiroz Gonçalves
Ana Sofia Carreço de Oliveira
Michel Luiz de Andrade



Descrição da Prática:

O TCE/SC é a instituição responsável por analisar as contas das unidades jurisdicionadas, abrangendo qualquer instituição que receba dinheiro público para desempenhar suas atividades. Estas unidades têm suas contas analisadas por meio de processos, cuja votação ocorre durante as

sessões plenárias. Em cada sessão, os processos a serem apreciados são organizados em sua respectiva pauta.

Considerando que o TCE/SC avalia processos de unidades jurisdicionadas distribuídas por todo o território catarinense, diversos cidadãos ficam impossibilitados de acompanhar as sessões de forma presencial.

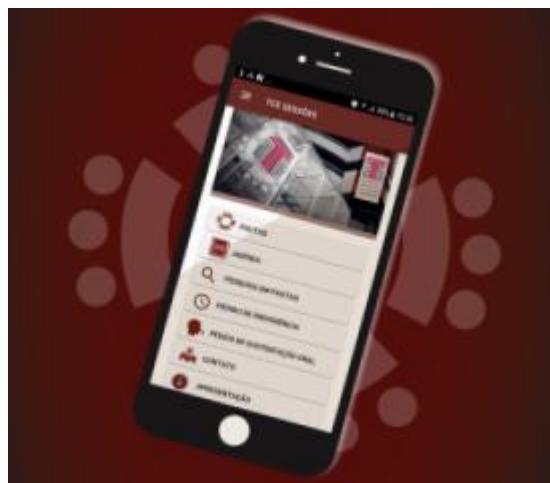
Deste modo, o TCE/SC realizou uma iniciativa para desenvolver um aplicativo de celular denominado "TCE Sessões", possibilitando a consulta às pautas das sessões e a visualização de sua transmissão por meio da Internet.

Principais Objetivos:

*Criar o primeiro aplicativo para dispositivos móveis do TCE/SC (disponibilizado para as plataformas iOS e Android).

*Ampliar o acesso às pautas das sessões do TCE/SC.

*Transmitir as sessões do TCE/SC ao vivo, acessível via celular.



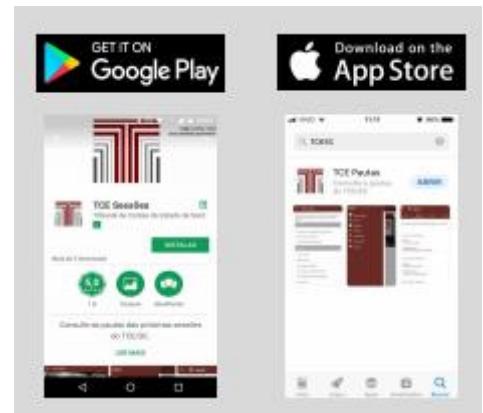
Resultados

*Criado o aplicativo de celular “TCE Sessões”, disponibilizado gratuitamente pelas lojas virtuais App Store e Google Play.

*Disponibilizada as pautas das próximas sessões.

*Transmissão das sessões ao vivo, possibilitando que a visualização de sessões anteriores sejam reproduzidas pelo aplicativo.

*Criado canal de comunicação para que os interessados de um processo solicitem a sustentação oral ou pedidos de preferência por meio do celular.



DIVULGAÇÃO DOS DADOS DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Organização: Diretoria de Vigilância Sanitária
Estadual/SUV/SES

Autores: Ana Cristina Pinheiro do Prado
Cristine Durante de Souza Silveira
Michele Marcon Telles Prado
Fernando da Silva dos Santos



Descrição da Prática:

O Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua) consiste no conjunto de ações adotadas continuamente com a finalidade de garantir que a água consumida pela população atenda ao padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente (Anexo XX da Portaria

de Consolidação MS/GM nº 05/2017). Dentro da estratégia de ação do VIGIAGUA, os dados oriundos do monitoramento da qualidade da água são compilados em um sistema de informação denominado SISAGUA (Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano), sendo que o acesso ao sistema é restrito aos profissionais das vigilâncias sanitárias nas esferas estadual, regional e municipal. Com o objetivo de ampliar o acesso aos

consumidores, promovendo a transparência da informação, a DIVS (Diretoria de Vigilância Sanitária Estadual) implementou o Boletim da Qualidade da Água para Consumo Humano. Este Boletim é publicado mensalmente no sítio eletrônico da DIVS contendo dados referentes ao monitoramento da qualidade da água, oportunizando aos cidadãos catarinenses conhecerem a qualidade da água que consomem.



Principais Objetivos:

Permitir o acesso a informação do monitoramento de vigilância sanitária, referente à qualidade da água para consumo humano quanto aos parâmetros básicos estabelecidos na legislação vigente (Anexo XX da Portaria de Consolidação MS/GM nº 05/2017), consumida pela população do Estado.

Resultados:

O conceito de vigilância pode ser entendido como o acompanhamento sistemático de eventos adversos à saúde, com o propósito de aprimorar as medidas de controle, incluindo em sua aplicação a coleta sistemática da informação, a análise dos dados e a disseminação das informações adequadamente analisadas. Nesse contexto, o exercício da vigilância requer o exame permanente e sistemático da informação sobre a qualidade da água de modo a avaliar se a água fornecida pelos prestadores de abastecimento de água atendem aos padrões de potabilidade. A divulgação dos dados sobre o monitoramento da qualidade da água para consumo humano para a população, integra o conjunto de ações dentro do Programa VIGIAGUA, para que a população possa assegurar seu direito de tomada de decisões nas práticas de política pública, o qual está inserido o Sistema Único de Saúde.



TRANSPARÊNCIA ATIVA PELA FERRAMENTA INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA

Organização: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Autores: Evaldo Ramos Moritz (in memoriam)
Gláucia Mattjie
George Brasil Paschoal Pítsica
Ingrid Vier
Fernanda Zomer de Carvalho



Descrição da Prática:

O TCE/SC possui jurisdição estadual e dentre as suas funções analisa e julga as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos.

O conteúdo das decisões proferidas pelo TCE deve ser amplamente divulgado em observância ao princípio da publicidade.

A publicidade pode efetivar-se por meio da transparência passiva, quando o interessado questiona o TCE/SC, ou por meio da transparência ativa, quando a informação é divulgada independentemente de solicitação, por iniciativa da própria instituição.

Com base na transparência ativa o INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA traz as decisões mais relevantes emanadas pelo Plenário do TCE/SC, com conteúdo de fácil

compreensão, sendo disponibilizada diretamente no sítio eletrônico do Tribunal ou, individualmente, por e-mail.

Principais Objetivos:

*Levar ao conhecimento da maior quantidade de pessoas, de forma acessível e clara, os julgamentos do Plenário do TCE/SC a respeito de atos praticados pelos administradores na condução da coisa pública.

*Fomentar o acompanhamento de atos praticados pelos gestores públicos.



Resultados:

*Disponibilização de 46 Informativos de Jurisprudência, com aproximadamente 500 decisões divulgadas.

*O sistema gerenciador do Informativo já contém 1830 e-mails cadastrados, além do encaminhamento ao grupo funcional que contempla a todos os servidores do TCE/SC.



APLICATIVO AMBIENTAL SC

Organização: Polícia Militar Ambiental - 1^a Companhia do 2^º Batalhão de Polícia Militar Ambiental

Autores: Major PM Adair Alexandre Pimentel
Soldado PM Diego Küster Lopes
Professora Daiana Petry
Alex do Espírito Santo

Descrição da Prática:

O javali (*Sus scrofa*) é nativo da Eurásia e norte da África, sendo uma das espécies mais antigas intencionalmente introduzidas pelo homem em todo o mundo, estando atualmente presente em todos os continentes, com exceção da

Antártida. É considerado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), como uma das 100 espécies invasoras mais perigosas do mundo, estando entre as três causas de extinção de vertebrados do planeta. Desde novembro de 2010, com a publicação da Portaria SAR no 20, da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, que a Polícia Militar Ambiental é a instituição responsável por normatizar os requisitos e procedimentos necessários para a operacionalização do controle

populacional de javalis no Estado. Nesse sentido, uma salutar parceria com o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC) foi firmada para o desenvolvimento de um instrumento que fornecesse dados mais seguros sobre a dimensão do problema e que funcionasse como um canal simples de comunicação entre proprietários rurais, controladores populacionais, comunidade e a Polícia Militar Ambiental. É concebido então, o aplicativo Ambiental SC.

Principais Objetivos:

1. Desburocratizar o processo de expedição de permissões para o controle populacional de javalis em Santa Catarina;
2. Compilar dados de capturas, abates, danos e visualizações de javalis realizadas em tempo real por proprietários rurais, controladores populacionais e comunidade em geral;
3. Utilizar esses dados para o delineamento de ações estratégicas voltadas a minimização dos impactos ambientais e socioeconômicos decorrentes da invasão de javalis no Estado.



Resultados:

Após o lançamento do aplicativo Ambiental SC em agosto de 2018, cujo uso é regulado pela Portaria no 003/CPMA/PMSC/2017, já foram expedidas 177 permissões para o controle populacional de javalis no Estado por meio dessa ferramenta. Além disso, os dados oriundos dos registros realizados à campo pelos seus usuários estão sendo determinantes para a melhoria na gestão do processo como um todo. Ainda nesse sentido, a expansão do aplicativo Ambiental SC para uso nacional está sendo avaliada dentro das ações previstas pelo Plano Nacional de Prevenção, Controle e Monitoramento do Javali, que foi elaborado por diversas entidades públicas e da sociedade civil, sob a coordenação dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).



UMA NOVA PERSPECTIVA DE VIDA PARA O REEDUCANDO DO SISTEMA PRISIONAL

Organização: SJC/DEAP/Penitenciária da Região de Curitibanos

Autores: André I. O. Martarello
Antônio Altino de Farias
Carlos Augusto Ribeiro
Deiveison Querino Batista
Emerson N. Rodrigues
Vladecir Souza dos Santos



Descrição da Prática:

A Lei Federal de Execução Penal de 1984 e a Constituição de 1988 estabeleceram novos preceitos de execução da pena, garantindo o acesso do reeducando a saúde, atividade laboral, ensino, promoção social, e assistência jurídica. Em atendimento as novas demandas, a Penitenciária da

Região de Curitibanos estabeleceu convênios de cooperação com empresas privadas e públicas. Atualmente são desenvolvidas as atividades laborais de agricultura, pecuária, ovinocultura, madeireira, produção de estofados, brinquedos, peças automotivas, artefatos de cimento, palitos, além da reciclagem de plásticos, preparação de alimentos, manufatura de cabos de vassouras, serviços de limpeza e conservação de praças e vias públicas. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias- Infopen, em junho de 2016, o índice brasileiro de ocupação

laboral era de 15% e o de ensino 12%. Em 2017 a Penitenciária da Região de Curitibanos atingiu o índice de 100% de ocupação laboral e 50% de atividade educacional, para uma população de 800 pessoas privadas de liberdade.

Principais Objetivos:

Executar o cumprimento da pena das pessoas privadas de liberdade, garantindo condições humanizadas, promovendo a justiça e cidadania, pela atividade educativa e produtiva.



Resultados:

- *Ressocialização e reintegração dos reeducandos a sociedade;
- *Escolarização e profissionalização dos reeducandos;
- *Redução da ociosidade e agravos a saúde provocados pela privação da liberdade;
- *Recursos financeiros para auxílio a família e despesas pessoais do reeducando;
- *Recursos financeiros para o Fundo Rotativo em resarcimento ao Estado;
- *Formação de poupança para auxiliar o reeducando quando egresso;
- *Fomento das atividades laborais com repercussão na economia local;
- *Geração de receita pública por empresas conveniadas.
- *Alternativas de vida lícita para o reeducando.



PLANO DE GESTÃO ESCOLAR - COLÉGIO SÃO JOSÉ EM AÇÃO

Organização: Escola de Educação Básica São José,
município São Joaquim/SC

Autores: Singra Couto Strickert
Elisane Zanette Varela
Marilei Goulart Almeida

Descrição da Prática:

Um grupo de educadores preocupados com a realidade da escola, incentiva o Plano de Gestão Escolar: Colégio São José em Ação a



concorrer nas eleições escolares. Plano este, elaborado ao lado de professores, funcionários, pais e alunos, buscando definir objetivos e metas através de diálogo e de estudo, visando transparência e melhorias educacionais.

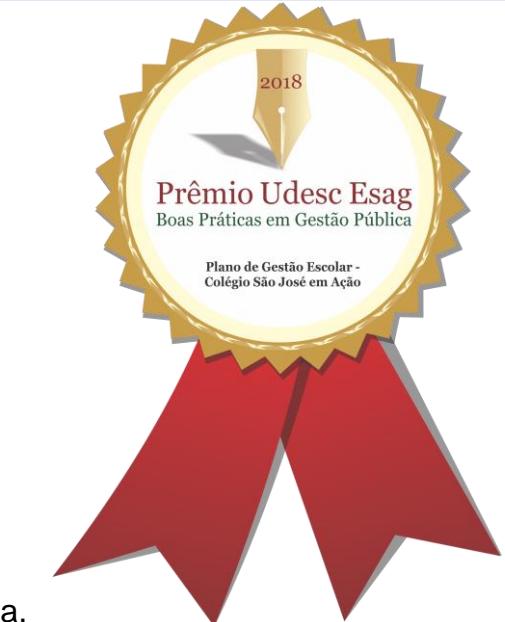
A Escola de Educação Básica São José encontrava-se com problemas administrativos, pedagógicos, físicos e estruturais, o que ocasionou na falta de confiança pela comunidade, resultando na diminuição de matrículas, depredação do patrimônio público, desmotivação dos funcionários e fechamento de turmas das séries iniciais.

Uma gestão pública de qualidade assegura sucesso, satisfação e compromisso. Boas práticas precisam ser compartilhadas e vivenciadas por toda comunidade, o serviço público precisa ser referência.

Principais Objetivos:

*Promover uma escola pública de qualidade, garantindo acesso, inclusão, permanência e sucesso ao educando através da qualidade na gestão pública.

*Definir objetivos e metas para a construção de um plano de gestão junto da comunidade escolar, para realizar melhorias nas dimensões escolares (administrativa, pedagógica, física e financeira), através de parcerias, motivação e planejamento.



Resultados:

- *Aumento das matrículas e dos índices de aprovação e desempenho dos estudantes;
- *Aumento na satisfação de docentes e discentes;
- *Restabelecimento da confiança comunidade/escola;
- *Criação do Curso Técnico em Enfermagem.

PROJETO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA (GESPRO)

Organização: Ministério Público de Santa Catarina

Autores: Barbara Elisa Heise
Karin Maria Söhnlein
Natane Thiesen

Descrição da Prática:

O mapa estratégico do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) tem como um dos seus objetivos “otimizar e potencializar a atuação das Promotorias de Justiça”. Assim sendo, visando a definir ações para atingir esse objetivo, foi



elaborado o Projeto de Gestão Administrativa das Promotorias de Justiça (GesPro), que objetiva buscar a excelência na gestão das Promotorias de Justiça do Estado de Santa Catarina, por meio de uma metodologia de implantação gradativa, dividida em três níveis, de requisitos de gestão embasados na Norma ABNT NBR ISO 9001:2015.

O Projeto é de adesão voluntária dos Promotores de Justiça. O primeiro nível é realizado, in loco, em cada Promotoria. Os outros dois níveis são implantados por meio de capacitação coletiva e tutoria individualizada para cada Promotoria de Justiça. Desta forma, visando incentivar a manutenção das práticas, o Projeto, também, contempla certificações internas de excelência em gestão para cada um dos níveis.

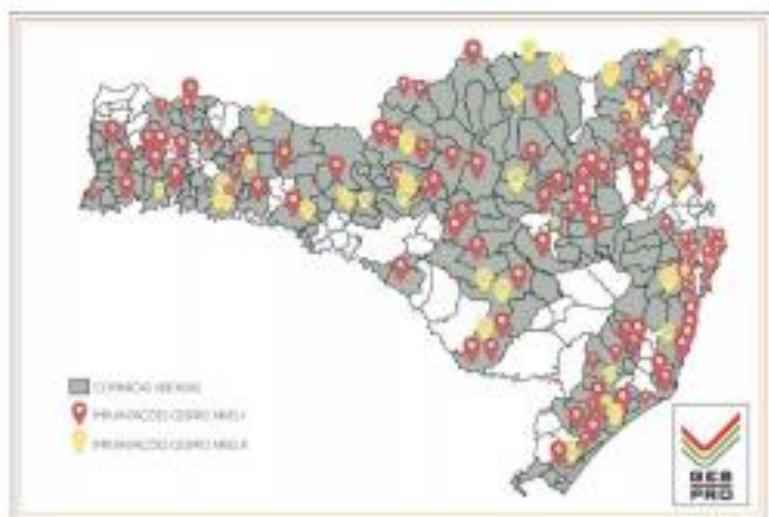
Principais Objetivos:

- Nível I: organizar fisicamente e padronizar os processos de trabalho das Promotorias de Justiça;
- Nível II: implantar mecanismos relacionados à gestão de indicadores, gestão de pessoas, gestão de riscos e análise de resolutividade em cada Promotoria de Justiça; e
- Nível III: fomentar iniciativas de projetos nas Promotorias de Justiça, alinhadas ao planejamento estratégico institucional.



Resultados:

- *criação de uma metodologia de Gestão de Promotorias de Justiça organizada em três níveis e embasada nos requisitos da Norma ABNT NBR ISO 9001:2015;
- *organização física e padronização dos processos de trabalho de 175 Promotorias de Justiça, até o momento, o que possibilita a produção de informações gerenciais e estratégicas, com alto grau de confiabilidade;
- *implantação de ferramentas de gestão em 39 Promotorias de Justiça, até o momento, incentivando a busca da excelência na gestão e no aumento da resolutividade;
- *obtenção do Certificado ISO 9001:2015, pela 25a Promotoria de Justiça da Capital de Santa Catarina, elevando as práticas de gestão da Promotoria a um padrão internacionalmente reconhecido; e
- *projeto vencedor do Prêmio INNOVARE 2017 na categoria Ministério Público.



PM DIGITAL: GESTÃO POR PROCESSOS NA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

Organização: Polícia Militar de Santa Catarina

Autores: Cel PM Giovanni Cardoso Pacheco

Ten Cel PM Jorge Eduardo Tasca

Ten Cel PM Andréa Luiz

Tobias Didó Jaroseski



Descrição da Prática:

Pilhas de papel, lentidão nas decisões, falta de informação, conhecimento apenas nas pessoas e não na organização, gestores dispendendo mais tempo no ato de assinar de documentos do que gerindo suas atividades-fim, foram alguns dos sintomas de que algo deveria ser feito para melhorar a gestão de processos na Polícia Militar de Santa Catarina. Surge, assim, o projeto “PM Digital: Gestão por Processos na Polícia Militar de Santa Catarina” que abrange o aperfeiçoamento, a padronização e a digitalização dos processos da PMSC, especialmente no âmbito administrativo, alcançando, além da transparência nas ações da corporação, o uso racional de recursos públicos e o aumento na qualidade dos procedimentos executados. Ao tornar mais célere, enxuta, leve e digital a sua atividade-meio, a PMSC permite que seus integrantes possam direcionar o seu tempo e a sua atenção ao que mais interessa: Proteger os catarinenses.

Principais Objetivos:

Aperfeiçoar a entrega de serviços administrativos da PMSC, com vistas a padronizar boas práticas e melhor aproveitar os recursos empregados, definindo de maneira transparente os procedimentos adotados pela corporação.



Resultados

- *33 processos aperfeiçoados com procedimento padrão publicado
- *Economia de 22.834 horas de esforço para execução das atividades
- *Redução média de 66% no tempo de tramitação dos processos
- *Redução de 697,34kg de papel
- *Economia de R\$ 486.160,73 com insumos, transporte, arquivamento e publicação
- *Resultado indiretos como melhoria na gestão e rastreabilidade da informação
- *A redução de custos obtida em cada processo se repete sempre que ele é executado, proporcionando a economia mesmo sem a realização de novas iniciativas

CHAMADAS PÚBLICAS DE PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

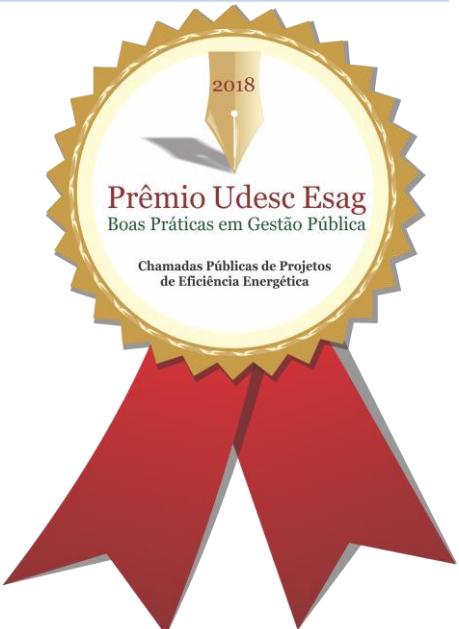
Organização: Celesc Distribuição S.A.

Autores: Arthur Rangel Laureano
 Cleverson Siewert
 Marco Aurélio Ganesini
 Thiago Jeremias e
 Vitor Lopes Guimarães

Descrição da Prática:

As Chamadas Públicas PEE CELESC para novos projetos são um mecanismo de seleção com critérios pré-definidos, que proporcionam lisura e transparência na definição dos beneficiados pelo Programa ANEEL/CELESC de Eficiência Energética, oferecendo acesso aos recursos de forma igualitária para todos os consumidores. Elas permitem aos clientes apresentar suas próprias ideias ou aderir a uma proposta da Celesc.

Na primeira metodologia, os clientes elaboram e apresentam os seus projetos, que receberão uma pontuação de acordo com os critérios estabelecidos. Esta pontuação servirá para compor o ranking de projetos aprovados. Os selecionados serão contratados até que se atinja o limite orçamentário disponibilizado. Já na segunda metodologia, o projeto é elaborado pela Celesc e ofertado aos clientes, que precisam atender a requisitos específicos (questões técnicas e/ou socioeconômicas) para poder participar, sendo selecionados por ordem de inscrição.



Principais Objetivos:

O objetivo principal de se realizar as chamadas públicas está focado principalmente em permitir a ampla participação dos clientes de todas as classes de consumo da Celesc no seu Programa de Eficiência Energética, um programa de extremo valor para a sociedade brasileira devido ao seu enorme legado para a sustentabilidade do planeta, e dar transparência a todo o processo de seleção.

Resultados:

A evidência do sucesso da prática pode ser apresentada pela evolução no número de projetos apresentados e de consumidores inscritos nos projetos desenvolvidos pela Celesc.

Nos últimos 4 anos foram apresentados um total de 153 projetos, com um crescimento médio de 30% por ano no número de projetos apresentados. Já nos projetos desenvolvidos pela Celesc, mais de 100 mil consumidores se inscreveram, dos quais cerca de 80 mil foram beneficiados.

Em 19 anos, o Programa de Eficiência Energética da Celesc já investiu aproximadamente R\$ 300 milhões em mais de 100 projetos que geram, anualmente, redução de 263 GWh no consumo de energia e de 80 MW de demanda no horário de ponta.



GEOPMA

Organização: Polícia Militar Ambiental - 1^a Companhia do 2^º Batalhão de Polícia Militar Ambiental

Autores: Professora Daiana Petry
Professor Silvio Luís Rafaeli Neto
Major PM Adair Alexandre Pimentel
Sub Ten PM Luiz Cláudio Araújo Schneider

Descrição da Prática:

O sistema de gestão ambiental desenvolvido pelo CAV/UDESC para a Polícia Militar Ambiental de SC: A PMA-SC



possui a atribuição legal de proteção do meio ambiente natural do Estado. Diante disto, é necessária uma gestão adequada das ocorrências ambientais para a tomada de decisões estratégicas. Decisões de qualidade devem ser tomadas com base em problemas bem estruturados, para tanto, é necessário fazer uso de ferramentas de gestão que permitam uma visão espacial para lidar com a complexidade dessas informações obtidas. Assim, verificada a necessidade de tal suporte para melhor estratégia de gestão e, além de inserir definitivamente a geotecnologia na instituição Polícia Militar Ambiental, foram realizadas tratativas juntamente com a UDESC para implantação de um laboratório de Geoprocessamento na instituição PMA, com integração de plataformas Web e APP.

Principais Objetivos:

- *Criação de um banco de dados para de armazenar e gerenciar os dados obtidos nas atividades da PMA;
- *Oferecer embasamento para melhores decisões operacionais, gerenciais e estratégicas;
- *Otimização de recursos humanos, materiais e financeiros, com melhoria da eficiência e eficácia em processos decisórios.



*Duas plataformas - Web e App - funcionando de forma integrada de forma que possibilite o acompanhamento de todas as atividades realizadas pela instituição PMA/SC, de acordo com a realidade de cada unidade.

Resultados:

Alimentação do banco de dados para todas as unidades da PMA no estado desde fevereiro de 2018. Aderência / utilização pelos usuários do sistema que são os policiais militares ambientais. Indicadores numéricos de registros inseridos, gerenciamento das demandas cadastradas x atendidas, agendamento de retornos a ocorrências pendentes. Mapas espacializados dos registros por tipo de situação desejada, são alguns dos indicadores dos resultados de qualidade da prática GeoPMA.



POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL

PESQUISANDO PARA EDUCAR

Organização: Instituto Felinos do Aguaí

Autores: José Carlos dos Santos Júnior
Micheli Ribeiro Luiz



Descrição da Prática:

O Instituto Felinos do Aguaí dedica-se à conservação dos felinos neotropicais selvagens, entre os quais estão algumas das espécies mais ameaçadas do mundo, afetadas principalmente pela perda de habitat. O projeto é realizado na Reserva Biológica Estadual do Aguaí, uma das dez unidades de conservação estaduais do grupo de proteção integral de Santa

Catarina, sendo considerada uma área especial para a preservação ambiental, já que abriga um dos mais ricos patrimônios naturais do país, a Floresta Atlântica. Na Unidade de Conservação são monitoradas cinco espécies de felinos: o Leão-baio (*Puma concolor*); a Jaguatirica (*Leopardus pardalis*), o Gato-maracajá (*Leopardus wiedii*), o Gato-mourisco (*Herpailurus yagouaroundi*) e Gato-do-mato-pequeno (*Leopardus guttulus*), todos inseridos em algum grau de ameaça. Os trabalhos do Instituto se aplicam em três áreas, Pesquisa Científica, Educação Ambiental e

Envolvimento com as comunidades locais. O conhecimento proveniente das pesquisas científicas é utilizado como componente fundamental para apoiar o programa de Educação Ambiental e promover as ações de conservação ambiental.

Principais Objetivos:

A prática tem como objetivo promover a conservação dos felinos neotropicais selvagens na Reserva Biológica Estadual do Aguaí através de pesquisa científica, educação ambiental e envolvimento com as comunidades locais.



Resultados:

Com uma década de histórias para contar e com ações que alcançaram mais de 40 mil habitantes, o Instituto Felinos do Aguaí conquista resultados globais expressivos. Na área da educação e envolvimento com as comunidades locais o Programa de Educação Ambiental atendeu mais de 13 mil pessoas através de palestras, projetos educacionais, cursos, eventos e visitação ao Centro de Educação Ambiental. Pelo Centro de Educação Ambiental, que se tornou referência na região, já passaram inúmeras instituições de ensino e comunidade em geral, contribuindo para a divulgação da reserva e a valorização da cultura local. Através das pesquisas científicas já foram levantadas diversas informações sobre a fauna e a flora presente na unidade de conservação, com o registro de 32 espécies de mamíferos, 159 espécies de aves, 19 espécies de anfíbios, cinco de répteis, 21 espécies de peixes, 219 espécies de plantas, que geraram um banco de dados bastante útil para o conhecimento e gestão da área e para o futuro acompanhamento da fauna e flora.



TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL

Organização: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi)

Autores: José Rafael Corrêa
Maicon Rodrigo Bernardi
Sabrina Furlani
Vladimir Steiner

Descrição da Prática:

O Colegiado de Controle Interno da Ammvi trouxe à tona o tema transparência e Lei de Acesso à Informação, o que levou à criação do Grupo de Trabalho Transparência Municipal. Este grupo fez um diagnóstico, na região, dos portais de transparência das prefeituras, como também promoveu a interlocução com as empresas de informática e com os órgãos de controle externo (TCE/SC, MPSC, CGU e MPF). O Grupo colaborou



com o Ministério Público e os municípios na construção da proposta do termo de ajustamento de conduta da transparência. Além disso, a Ammvi promoveu capacitações junto à CGU e outras entidades na área de controle e transparência; viabilizou a adesão, de forma regional, ao programa Brasil Transparente; e acompanhou os municípios da região nas avaliações feitas através da Escala Brasil Transparente, da CGU, e do Ranking Nacional da Transparência, do MPF.

Principais Objetivos:

Aperfeiçoar os portais municipais de forma que garantam o acesso da sociedade às informações já preestabelecidas em lei. Buscar, de forma conjunta, soluções junto às empresas de informática, bem como promover a interlocução com órgãos de controle externo. Atuar na promoção de ações regionais de fomento à transparência, contribuindo e ampliando, consequentemente, o controle social por parte dos cidadãos.



Resultados:

Os resultados podem ser mensurados pela evolução significativa das notas obtidas pelos municípios nas avaliações realizadas pelos órgãos de controle externo. A Escala Brasil Transparente, da CGU, apontou um avanço na média da nota da região: de 6,11 na primeira edição, para 7,78 na segunda edição e 9,48 na terceira edição. Ressalta-se ainda que, na última edição, quatro municípios receberam a nota máxima. Já a avaliação do Ranking Nacional da Transparência, do MPF, foram realizadas duas edições contemplando os 14 municípios da região da Ammvi, em que houve uma evolução na nota média atribuída, que passou de 7,35 para 9,45, como também três municípios obtiveram a nota 10,00. Além dos resultados positivos perante a avaliação dos órgãos de controle externo para o atendimento às exigências das legislações que abordam a transparência, cabe destacar o fomento à ampliação da divulgação das informações nos portais municipais.



INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DA REGIÃO DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

Organização: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi)

Autores: Michele Prada
José Rafael Corrêa
Fernando Tomaselli
Erika de Paula Alves
Rafael Moisés Ciquella

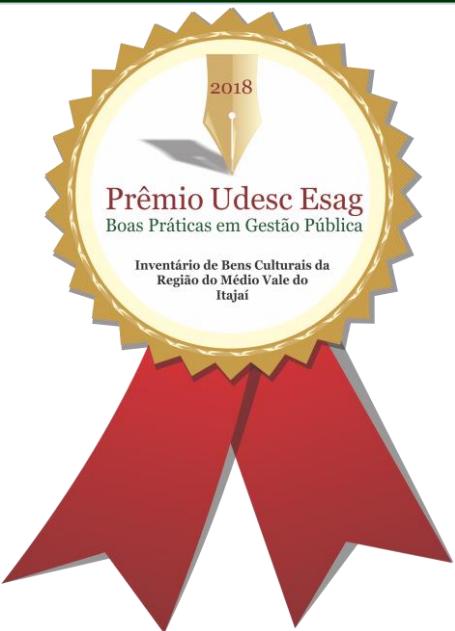
Descrição da Prática:

A Cultura é responsável por 2,64% do PIB e, em função disso, ressalta-se a importância de se conhecer os bens culturais do Médio Vale do Itajaí para, em seguida, incitar iniciativas de estruturação, ordenamento e diversificação da oferta de roteiros culturais. A necessidade de compreender o cenário



cultural do Médio Vale do Itajaí e de evitar perdas das informações com possíveis trocas de gestão incentivou a busca por meios para se concretizar o objetivo de produzir um inventário de bens culturais da região. O Inventário de Bens Culturais é o levantamento minucioso do que a região tem em música, canto, dança, cultura popular, folclore, artes visuais, museus, cinema, manifestação artística e religiosa, arquitetura e espaços culturais. O Inventário funciona em plataforma web e pode ser acessado a

qualquer tempo e em qualquer lugar, desde que se tenha acesso à internet. A plataforma funciona como ferramenta de busca de opções turísticas e culturais, como também resguarda o acervo de bens culturais, defendendo a salvaguarda e a memória da região.



Principais Objetivos:

Elaborar um inventário cultural em plataforma web, facilitando o acesso de todos os gestores culturais e a manutenção das informações de maneira ágil e segura, a fim de subsidiar a elaboração de projetos de captação de recursos e fomentar o intercâmbio cultural na região e a consolidação de roteiros

turísticos competitivo , tendo como base os valores e os conceitos que reforcem a valorização da diversidade cultural.

Resultados:

Plataforma online contendo o levantamento, a categorização e o diagnóstico de todos os bens culturais encontrados na região dos 14 municípios que compõem a Ammvi, que está disponível para todos os gestores municipais e também ao público em geral por meio do site gerado automaticamente pela plataforma. Três roteiros turísticos culturais destinados ao público autoguiado. Três mapas interativos apresentando cada um dos roteiros de turismo cultural propostos no projeto. Esses mapas também podem ser incorporados a inúmeros sites e portais. Além destes resultados, o acesso público às informações do Inventário de Bens Culturais potencializou a consolidação de uma estratégica de intercâmbio cultural no Médio Vale, o fomento à elaboração de projetos culturais regionalizados e à materialização de roteiros turísticos competitivos que valorizem os bens culturais.



GESTÃO DE UNIDADES PÚBLICAS DE SAÚDE POR FUNDAÇÃO PRIVADA SEM FINOS LUCRATIVOS

Organização: Fundação de Apoio ao HEMOSC/CEPON (FAHECE)



Autores: Aluisio Dobes
Miriam Gomes Vieira de Andrade
Maria Tereza Evangelista Schoeller
Denise Linhares Gerent

Descrição da Prática:

Antes da gestão pela FAHECE era frequente a interrupção dos tratamentos no CEPON por falta de medicamentos. Havia dificuldades em oferecer os serviços de apoio. A baixa qualidade dos materiais elevava o consumo e os custos e a manutenção de equipamentos era insatisfatória. Com a gestão pela FAHECE, a aplicação adequada, regular e transparente dos recursos regularizou o abastecimento de medicamentos e trouxe credibilidade junto aos fornecedores e parceiros. Foram

adquiridos veículos, reformadas instalações e implantados novos serviços.

No HEMOSC, as dificuldades estruturais foram superadas, permitindo aquisição de insumos com qualidade e economia. A qualificação técnica dos colaboradores tornou-se constante, além da aquisição e manutenção de equipamentos, ampliação de instalações e expansão da Hemorrede, cobrindo 99% dos hospitais no Estado. É a única Hemorrede do país, desde 1999, certificada pela Norma ISO 9001:2008. O HEMOSC também foi

acreditado pela Advancing Transfusion and Cellular Therapies Worldwide pelo cumprimento de rígidos requisitos de segurança transfusional e qualidade internacional do sangue processado.

Principais Objetivos:

Realizar a gestão dos serviços de saúde prestados pelo HEMOSC e CEPON, agilizando e otimizando os processos administrativos tais como a compra, distribuição e estocagem de medicamentos e materiais técnicos, estabelecendo protocolos para o uso racional de drogas e



materiais, reduzindo despesas, aumentando a qualidade do atendimento e preservando a característica pública dos serviços.

Resultados:

Significativa melhoria e expansão dos atendimentos prestados pelo HEMOSC e CEPON, com oferta de novos serviços como cirurgias, internação e transplantes;

Agilidade na aquisição de bens e serviços, contratação de pessoal e realização de obras;

Ampliação da Hemorrede, de três para sete hemocentros, três unidades de coleta e nove agências transfusionais em hospitais públicos do Estado.

A atuação articulada da FAHECE, das Unidades e da SES permitiu a manutenção da característica pública dos serviços, com alto padrão de qualidade.

Os índices de satisfação dos usuários estão acima de 95% nas duas Unidades.



DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS LOCAIS DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DA AMMVI

Organização: Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi)

Autores: Simone Gomes Traleski
José Rafael Corrêa
Willian Jucelio Goetten
Ana Carla da Silva



Descrição da Prática:

O crescente desenvolvimento urbano dos últimos anos aumentou o índice de poluição nos corpos hídricos e a necessidade por saneamento básico. Essa realidade pode ser observada em Santa Catarina, pois, segundo dados do SNIS (2010), apenas 15,5% da população era atendida com rede



de coleta de esgoto. No intuito de elevar tais índices e cumprir as políticas públicas, a Promotoria Regional de Meio Ambiente do MPSC assinou TACs com 21 municípios da Bacia do Rio Itajaí. No acompanhamento que a Ammvi vem realizando, foram identificadas dificuldades administrativas e financeiras para executar algumas cláusulas, sendo uma das principais, a vistoria nos imóveis irregulares em relação ao tratamento de esgoto. Para auxiliar no cumprimento deste item, definiu-se realizar um diagnóstico amostral das residências com sistemas locais de tratamento esgoto (fossa e filtro) através da aplicação de um questionário pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), os quais receberam treinamento. Durante a aplicação dos questionários era realizada a campanha "Água limpa, só com esgoto tratado. Quem previne, preserva".

Principais Objetivos:

Realizar um diagnóstico acerca dos sistemas locais de tratamento de esgoto nos municípios; conscientizar a população da importância da implementação e da manutenção desses sistemas; desenvolver uma metodologia a fim de propor um procedimento para vistorias dos sistemas locais de

tratamento de esgoto nas residências; aumentar o índice de atendimento e qualidade de tratamento de esgoto, melhorando de forma geral, o saneamento básico nos municípios.

Resultados:

Após a finalização dos diagnósticos em oito municípios, verificou-se que 82% das residências possuem fossa e que 64% possuem filtro, no entanto, apenas 40% realizam a manutenção do sistema. Depois da aplicação dos questionários e da campanha, em Benedito Novo, segundo a Vigilância Sanitária, mais de 125 residências promoveram a instalação do sistema, solicitando a vistoria. Além disso, com os resultados obtidos no diagnóstico, os técnicos vêm trabalhando em um planejamento, a fim de atingir as áreas mais deficientes no que se refere à implantação e à manutenção dos sistemas. Hoje, estes resultados estão sendo utilizados para a revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico, com metas e investimentos nessa vertente. Aproximadamente 300 pessoas, entre técnicos municipais e ACS foram capacitados e com a campanha, estima-se ter atingido cerca de 50 mil pessoas através da entrega de material impresso educativo.



PROGRAMA DE INOVAÇÃO HUBGOV

Organização: WeGov - Treinamento Para Gestão Pública

Autores: Ana Camerano

André Tamura

Carolina Rossetto

Jessica Macedo

Gabriela Tamura

Guilherme Rosa

Isadora Caldas

Laura Orlandi

Leonardo Baldissera

Lincon Shigaki

Mônica Renneberg

Rafael Poço



Descrição da Prática:

É um programa de inovação em governo criado pela WeGov, realizado entre instituições dos poderes legislativo, judiciário e executivo e das esferas municipal, estadual e federal. A ideia inicial do programa veio da observação da co-fundadora da WeGov, que, após anos trabalhando como consultora de gestão em instituições públicas, percebeu que as diferentes instituições tinham problemas muito

semelhantes, mas não havia um diálogo efetivo que facilitasse a troca de conhecimentos entre elas. Observando o movimento de inovação no setor privado e o início da aparição de laboratórios de inovação no setor público, os fundadores da WeGov identificaram a oportunidade de criar um impacto maior para os cidadãos usuários destas instituições, a partir de ações de integração entre elas e do desenvolvimento de competências necessárias à formação

de uma mentalidade aberta à inovação nos funcionários públicos.

Principais Objetivos:

O grande objetivo do Programa HubGov é criar um espaço de troca de experiências aprendizados de forma interinstitucional, trazendo atores das diferentes esferas e poderes da administração pública brasileira para a co-criação e resolução de desafios de forma conjunta. O HubGov é uma solução para



transformar a realidade da gestão pública brasileira e tornar acessível o serviço público de qualidade ao cidadão.

Resultados:

Já foram realizadas três edições do HubGov. Uma em 2017 e duas em 2018 (o HubGov e o HubJus - exclusivo para Justiça Federal de Santa Catarina). Durante as três edições, estiveram envolvidos 217 participantes e 44 times. Ao final da primeira edição do HubGov, das 14 instituições públicas participantes, 13 apresentaram as suas propostas de solução ao desafio estabelecido. Desses, 2 permaneceram protótipos, 3 foram para processos de criação e 8 passaram para a etapa de implementação. Ao final, 100% dos entrevistados disseram que desenvolveram novas competências. A pesquisa também mostrou que, antes do programa, apenas 32% dos participantes costumavam se aproximar de outras instituições públicas. Após o programa, esse percentual aumentou para 93%, e diversas iniciativas começaram graças a aproximação promovida pela WeGov. A edição do HubGov de 2018 finalizou dia 13 de julho e o HubJus finalizará apenas em setembro.



REALIZAÇÃO



UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA



APOIO



MINISTÉRIO DA
TRANSPARÊNCIA E
CONTROLE-GERAL DA UNIÃO



ICOM
INSTITUTO COMUNITÁRIO
GRANDE FLORIANÓPOLIS



**Observatório
SOCIAL DE SÃO JOSÉ**



**Observatório
SOCIAL DE BRUSQUE**

